

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL
EM PATRIMÔNIO CULTURAL**

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE RIO PARDO/RS: A EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL COMO MEDIADORA DOS CONFLITOS ENTRE O
TOMBAMENTO E A SALVAGUARDA PATRIMONIAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Eduardo Alexandre Louzado

**Santa Maria, RS, Brasil
2017**

**A PATRIMÔNIO CULTURAL DE RIO PARDO/RS: A EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL COMO MEDIADORA DOS CONFLITOS ENTRE O
TOMBAMENTO E A SALVAGUARDA PATRIMONIAL**

por

Eduardo Alexandre Louzado

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**

Orientadora: Prof^a Dr^a. Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa

Santa Maria, RS, Brasil

2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Louzado, Eduardo Alexandre
Patrimônio Cultural de Rio Pardo/RS: a educação patrimonial como mediadora dos conflitos entre o tombamento e a salvaguarda patrimonial / Eduardo Alexandre Louzado.- 2017.
115 p.; 30 cm

Orientadora: Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2017

1. Patrimônio Cultural 2. Educação Patrimonial 3. Rio Pardo/RS I. Costa, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da II. Título.

© 2017

Todos os direitos autorais reservados à Eduardo Alexandre Louzado. A reprodução em partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte. Endereço: Travessa Maurício Cardoso 162/ apto 210. Bairro Ana Nery, Santa Cruz do Sul, RS. CEP: 96840-370.
Fone: (51) 995602311; E-mail: edu.louzado@gmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissional
em Patrimônio Cultural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE RIO PARDO/RS: A EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL COMO MEDIADORA DOS CONFLITOS ENTRE O
TOMBAMENTO E A SALVAGUARDA PATRIMONIAL**

elaborada por
Eduardo Alexandre Louzado

como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa, Dra. (UFBA)
(Presidente/Orientador)

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes, Dr. (UFSM)

Maria de Lourdes de Alencar Parreiras Horta, Dra. (L.U.)

Santa Maria, 23 de janeiro de 2017.

DEDICATÓRIA

A minha amada mãe Maria Conceição Louzado – meu maior patrimônio, e a meus sobrinhos: Leonardo, Arthur e Leandra, meus herdeiros culturais.

AGRADECIMENTOS

Ao concluirmos um ciclo de forma exitosa, muitas são as contribuições que nos foram direta ou indiretamente dadas.

De uma forma muito especial e particular, acredito que agradecer nos torna melhores, nos faz melhores e, principalmente, nos humaniza.

Para tanto, mesmo que com singelas palavras, tento deixar aqui o meu agradecimento a todos e todas que, independente da intensidade da contribuição, foram indispensáveis para a conclusão deste.

A meu pai Pedro Paulo (in memoriam) pelo exemplo de superação na adversidade.

À minha estimadíssima orientadora, professora Heloisa Helena, pela sempre segura e amável orientação, quer fosse acadêmica, profissional ou pessoal.

Aos professores da banca examinadora, Caryl e Maria de Lourdes, pela disposição em examinar este trabalho e as enriquecedoras contribuições dadas durante o exame de qualificação, bem como a professora Marta Borin, membro suplente da banca.

À minha família pelo constante incentivo e apoio.

Ao Clairton pelo sempre presente apoio e parceria.

As minhas queridas amigas Vânia Ozorio e Márcia Martin por acreditarem – até demais, no meu potencial.

À minha estimada colega e amiga Verlaine, exemplo de contante superação e companheira de muitas leituras e reflexões.

A turma do friends therapy do whatsapp por tornarem melhores e mais animados os meus dias.

À querida professora Denise Saad e a Jô Brondani, pelo recorrente carinho e atenção sempre destinado.

E a minha amada mãe Maria Conceição, maior exemplo de amor, dedicação, abnegação, zelo e, principalmente, integridade.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

PATRIMÔNIO CULTURAL DE RIO PARDO/RS: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MEDIADORA DOS CONFLITOS ENTRE O TOMBAMENTO E A SALVAGUARDA PATRIMONIAL

AUTORA: EDUARDO ALEXANDRE LOUZADO
ORIENTADOR: HELOISA HELENA FERNANDES GONÇALVES DA COSTA
Data e local da defesa: Santa Maria/RS, 23 de janeiro de 2017

Este trabalho de pesquisa e de estudo analítico teve por objetivo investigar o patrimônio cultural material histórico do município de Rio Pardo/RS para, a partir da realidade existente, reunir, elencar e organizar subsídios a fim de propor, como produto final desta pesquisa um curso de atualização em patrimônio cultural, aos professores e professoras da rede pública municipal, gestores municipais e comunidade em geral. Tal curso visa um pensar em Educação Patrimonial que propicie, aos cidadãos e cidadãs o reconhecimento da história e da memória coletiva nos marcos culturais daquela cidade. A pesquisa apresenta como fundamento básico os conceitos para o estudo da Educação Patrimonial, tendo como recorte as políticas públicas municipais de fomento à Educação Patrimonial no ensino formal, para a rede pública de educação do município, entre os anos de 2010 a 2016. Metodologicamente, utilizou-se de pesquisa qualitativa, com pesquisa exploratória em levantamentos documental e bibliográfico. A técnica de observação direta foi utilizada para reconhecimento do patrimônio cultural material tombado e circunscrito no perímetro do Centro Histórico do município. Os dados obtidos durante o processo investigativo revelaram que durante o período em análise não houve implementação de política pública de fomento à Educação Patrimonial na rede municipal de ensino. Considerando que a Educação Patrimonial é uma prática relevante para a construção da cidadania e salvaguarda dos bens patrimoniais localizados no Centro Histórico do município, o resultado desta pesquisa tem a intenção de subsidiar escolas, educadores e gestores do município na formulação de políticas públicas educacionais com vistas à formação continuada docente pontuada no patrimônio cultural do município.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial. Rio Pardo/RS.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

CULTURAL HERITAGE OF RIO PARDO/RS: HERITAGE EDUCATION AS A MEDIATOR OF CONFLICTS BETWEEN TIPPING AND ASSET PROTECTION

AUTHOR: EDUARDO ALEXANDRE LOUZADO
ADVISOR: HELOISA HELENA FERNANDES GONÇALVES DA COSTA
Place and date of defense: Santa Maria, 23th January 2017

This work of research and analytical study aimed to investigate the historical material cultural heritage of the city of Rio Pardo / RS to, from the existing reality, gather, list and organize subsidies in order to propose as a final product of this research a course Cultural Heritage, teachers and teachers of the municipal public network, municipal managers and the community in general. This course aims at thinking about Heritage Education that will enable citizens to recognize history and collective memory within the cultural milestones of that city. The research presents as basic foundation the concepts for the study of Heritage Education, having as a cut the municipal public policies of foment to Patrimonial Education in the formal education, for the public network of education of the municipality, between the years 2010 to 2016. Methodologically, qualitative research was used, with exploratory research in documental and bibliographic surveys. The technique of direct observation was used to recognize the cultural heritage listed and circumscribed in the perimeter of the Historic Center of the municipality. The data obtained during the investigative process revealed that during the period under analysis there was no implementation of public policy to promote Heritage Education in the municipal school network. Considering that Heritage Education is a relevant practice for the construction of citizenship and safeguard of patrimonial assets located in the Historical Center of the municipality, the result of this research is intended to subsidize schools, educators and managers of the municipality in the formulation of educational public policies with views to continued teacher education punctuated in the cultural heritage of the municipality.

Keywords: Cultural Heritage. Heritage Education. Rio Pardo/RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Tratado de Tordesilhas de 1494 – localizando o município de Rio Pardo.....	18
Figura 2 –	Limites do Tratado de Madri – 1750	20
Figura 3 –	Localização e planta esquemática do Forte Jesus, Maria e José....	22
Figura 4 –	Divisão Administrativa do Rio Grande do Sul - 1809	25
Figura 5 –	Planta de Rio Pardo em 1829	27
Figura 6 –	Mapa do Centro Histórico de Rio Pardo	33
Figura 7 –	Vista frontal da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário.....	44
Figura 8 –	Vista frontal da Capela de São Francisco	46
Figura 9 –	Vista interna da Capela de São Francisco	46
Figura 10 –	Imagens que representam os passos da Paixão de Cristo	47
Figura 11 –	Imagens que representam os passos da Paixão de Cristo	47
Figura 12 –	Imagem de Nossa Senhora da Boa Morte	47
Figura 13 –	Centro Regional de Cultura de Rio Pardo	49
Figura 14 –	Estação Ferroviária Sede de Rio Pardo	50
Figura 15 –	Calçamento em pedra da Rua da Ladeira	51
Figura 16 –	Solar dos Quadros	53
Figura 17 –	Solar dos Quadros – vista lateral	53
Figura 18 –	Solar das Águias	54
Figura 19 –	Prédio família Bandeira e Benozati	55
Figura 20 –	Prédio Magdala	57
Figura 21 –	Modelo de certificado para o Curso de atualização em Patrimônio Cultural: Rio Pardo, a minha, a sua, a nossa história.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	População total das vilas da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1814	26
Tabela 2 –	Construções listadas no IPC-RS em Rio Pardo	35
Tabela 3 –	Relação dos Prédios Tombados pelo município de Rio Pardo	40
Tabela 4 –	Relação dos Prédios Tombados pelo IPHAE em Rio Pardo	41
Tabela 5 –	Relação dos Prédios Tombados pelo IPHAN em Rio Pardo	41
Tabela 6 –	Os sete altares da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	43
Tabela 7 –	Objetivos da educação básica municipal na cidade de Rio Pardo .	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FEE	Fundação de Economia e Estatística
IPC-RS	Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DO IDEÁRIO PORTUGUÊS AO DEPÓSITO DE VÍVERES E MUNIÇÃO: A TRANQUEIRA INVICTA DE RIO PARDO.....	17
2.1 Rio Pardo da Tranqueira Invicta.....	22
3 REGISTROS OFICIAIS RIOPARDENSES.....	31
3.1 O legado cultural material circunscrito no perímetro do Centro Histórico.....	42
3.1.1 Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário.....	42
3.1.2 Capela de São Francisco de Assis e respectiva estatuária.....	45
3.1.3 Prédio onde funcionou a Escola Militar.....	48
3.1.4 Estação ferroviária sede.....	49
3.1.5 Calçamento de pedra da Rua da Ladeira.....	51
3.1.6 Sobrado dos Quadros ou Solar dos Quadros.....	52
3.1.7 Sobrado das Águias ou Solar das Águias.....	54
3.1.8 Prédio da família Bandeira e Benozati.....	55
3.1.9 Prédio Magdala.....	56
4 POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	58
4.1 A educação patrimonial.....	58
4.2 A educação patrimonial na rede municipal de ensino.....	61
4.2.1 A rede municipal de ensino.....	62
4.2.2 Políticas públicas e práticas em educação patrimonial na rede municipal de ensino de Rio Pardo.....	65
5 O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO VETOR DE SUSTENTABILIDADE DA CIDADANIA CULTURAL LOCAL.....	68
6 RIO PARDO: A MINHA, A SUA, A NOSSA HISTÓRIA.....	74
6.1 Objetivos.....	74
6.2 Público alvo.....	75
6.3 Organização curricular e conteúdo programático.....	75
6.3.1 Módulo I.....	76
6.3.2 Módulo II.....	77
6.3.3 Módulo III.....	78
6.4 Avaliação.....	79
6.5 Certificado.....	79
7 CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS	84

1. INTRODUÇÃO

A importância histórica do município de Rio Pardo/RS para a organização social, política e econômica do Brasil é tema recorrente nos campos acadêmico e literário.

A eminente relevância não se deve apenas por sua posição geográfica e função estratégico-militar que garantiu a posse das terras sul brasileira à Coroa Portuguesa, mas a uma intrínseca trama de elementos sociais, políticos e econômicos que culturalmente se estabeleceram e hoje contemporizam, influenciando e regendo grande parte das relações sociais estabelecidas. E tais influências, segundo Chagas (2002, p.46) podem ser decorrência de que “dirigir-se ao passado, sem nenhuma perspectiva de mudança, implica a comemoração da ordem estabelecida, a afirmação da ordem jurídica, dos valores culturais dados, da verdade científica imposta, a repetição do conhecimento”.

Nesta perspectiva, esta dissertação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, por se tratar de estudo focado em educação patrimonial, insere-se na área de concentração História e Patrimônio Cultural, na linha de pesquisa de mesmo nome, do referendado programa.

A priori, com este trabalho intitulado “Patrimônio cultural de Rio Pardo/RS: a educação patrimonial como mediadora dos conflitos entre o tombamento e a salvaguarda patrimonial” busca-se contribuir com os estudos e discussões sobre a herança cultural e o patrimônio cultural rio-pardense dentro do constante (re)pensar apresentado por Costa (2012, p. 92): “onde se encontra a alma da cidade, aquela espécie de memória que não deveria desaparecer e pela qual vale a pena criar instrumentos de tombamento? Como proteger tantos tipos diferentes de patrimônio?”

Neste juízo, ao considerar-se o expressivo legado cultural - material e imaterial onipresente na cidade de Rio Pardo e sua iminente necessidade de salvaguarda não apenas como resquícios de um passado efervescente de outrora, mas como conjunto de bens indispensáveis à sustentabilidade cultural contemporânea, este trabalho se justifica não somente pela paixão do autor por esta terra – são-borjense de nascimento, mas rio-pardense por adoção – mas pelo

entendimento de que a compreensão, o reconhecimento e a apropriação dos bens culturais locais são fundamentais para a dinamização das relações sociais na atualidade; que seus casarões, vielas e festividades são parcelas representativas de memórias, vivências e histórias de um significativo conjunto de homens e mulheres que a partir destas planejam, regem e/ou enrijecem o cotidiano social rio-pardense, uma vez que o patrimônio representa o passado no presente, com perspectivas de futuro – independente de material ou imaterial, de sua forma tipológica ou simbólica, demonstrando uma ressignificação como objeto de distintos usos. (DE VARINE, 2013)

A proposta desta forma versou em investigar o patrimônio cultural material histórico do município de Rio Pardo/RS para, a partir da realidade existente, reunir, elencar e organizar subsídios a fim de propor, como produto final da pesquisa, aos professores e professoras da rede pública municipal, gestores municipais e comunidade em geral, um curso de atualização em patrimônio cultural visando um (re)pensar em educação patrimonial que propicie, aos cidadãos e cidadãs reconhecerem a história e a memória coletiva nos marcos culturais desta cidade, sustentados na proposição de Horta et al. (1999, p. 6) que “o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades de seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentidos de identidade e cidadania”.

Para fins deste, definiu-se como região de enfoque, o estudo do patrimônio cultural material tombado, circunscrito no perímetro do Centro Histórico do município de Rio Pardo, limitado na região central do município, decretado Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul, pela Lei Estadual nº 12.003 de 21 de outubro de 2003.

A pesquisa apresenta como objeto de estudo a educação patrimonial, tendo como recorte, especificamente, as políticas públicas municipais de fomento a educação patrimonial no ensino formal, para a rede pública de educação do município de Rio Pardo/RS, entre os anos de 2010 - 2016.

O recorte temporal foi estabelecido em virtude da obrigatoriedade de, a partir do ano de 2010, em todo o território nacional, conforme a Lei nº 11.274¹ de 6

¹ Esta lei altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos

de fevereiro de 2006, adequar o ensino fundamental em uma duração mínima de 9 anos e, conseqüentemente, tal alteração exigiu, de todas as comunidades escolares, uma reorganização de seus objetivos, fins e/ou métodos.

Ponderando, contudo, a necessidade de promover-se, segundo Pelegrini (2009, p. 11), “uma efetiva articulação entre educação e a consciência da salvaguarda, ou seja, entre a escola, o patrimônio e o exercício da cidadania, recursos capitais para a promoção do direito à memória e à diversidade cultural”, acredita-se que a educação patrimonial, a *posteriori*, busca arguir contraponto onde “a escola formal se encarrega de homogeneizar os valores, e a história ‘oficial’ tem mais relevo do que as histórias que contavam em casa [...] e a memória do grupo começa a se perder, a cultura vai-se esgarçando, empalidecendo, a desagregação social vem a reboque” (HORTA, 2000, p. 34). Neste viés, torna-se a educação patrimonial um relevante elemento de mediação no aguerrido campo de tensão entre o tombamento e a salvaguarda patrimonial - desde que exista a capacitação de mediadores e mediadoras sobre as concepções tradicionais e contemporâneas da temática patrimônio cultural. Como base de sustentação à esta hipótese elencada, norteia-se este trabalho a partir do entendimento de que, conforme Horta et al. (1999, p. 6) “a educação patrimonial é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. Com este significado e nesta perspectiva é que se trabalhou a categoria educação patrimonial nesta pesquisa.

Para a viabilização deste trabalho, utilizou-se de pesquisa qualitativa, em uma abordagem dedutiva do tema, uma vez que, segundo Minayo (2007, p. 21) este tipo de pesquisa “se ocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado [...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças”, adequando-se portanto a proposta aqui apresentada.

Para o processo investigativo, foi definida a metodologia de pesquisa exploratória - delineada em levantamentos documental e bibliográfico. Considerando-se Gil (2002, p.45), a pesquisa bibliográfica e documental em muito

se assemelham: a bibliográfica, em fontes nas versões online e/ou impressa (livros de referência, publicações, periódicos e jornais, documentos históricos, decretos e fotografias) permite um considerável universo investigativo enquanto que, a pesquisa documental (em arquivos de instituições e órgãos, públicos e privados) oferece um universo investigativo que, a partir de fontes primárias, pode ser reelaborado conforme os objetivos da pesquisa.

A técnica de observação direta foi utilizada para (re)conhecimento do patrimônio cultural material tombado circunscrito no perímetro do Centro Histórico do município de Rio Pardo/RS. A aplicação desta técnica foi consorciada com o levantamento fotográfico que ilustra o terceiro capítulo.

As informações coletadas foram analisadas, interpretadas e formam o texto final do trabalho de pesquisa, aqui apresentado sob a forma de dissertação.

A partir disto, organizou-se esta dissertação com a seguinte estrutura:

O Capítulo 1, denominado *Introdução*, constituiu-se com a função de situar a pesquisa, oportunizando a cada um e cada uma a percepção e entendimento quanto aos objetivos desta, sua micro e macro relevância, bem como os passos metodológicos necessários para o seu adequado desenvolvimento.

O segundo capítulo, *Do ideário português ao depósito de víveres e munição: a Tranqueira Invicta de Rio Pardo* contextualiza os aspectos históricos que convergiram para a criação do município de Rio Pardo, remontando – de forma ampla e geral – aos duzentos e sete anos da história do município, abarcando seus períodos de origem, ascensão e declínio.

A apresentação do legado cultural material, oficialmente tombado no município e circunscrito dentro do perímetro do denominado Centro Histórico de Rio Pardo/RS constitui o terceiro capítulo deste trabalho, denominado *Registros oficiais rio-pardenses: o legado cultural material*.

O capítulo 4, *Políticas públicas municipais em Educação e Educação Patrimonial* sintetiza práxis pedagógicas e políticas educacionais municipais, bem como as iniciativas públicas voltadas ao fomento da educação patrimonial, na educação formal da rede municipal de educação.

O capítulo 5, *O patrimônio cultural como vetor de sustentabilidade da cidadania cultural local* apresenta a relevância do patrimônio cultural para formação cultural contemporânea, bem como discute as tensões existentes entre as

possibilidades de salvaguarda do patrimônio cultural e, em especial, as relativas ao tombamento dos bens culturais.

Em *Rio Pardo: a minha, a sua, a nossa história*, o sexto capítulo, é delineada a proposta de um curso de atualização em Patrimônio Cultural, produto deste curso de Mestrado e um dos objetivos da pesquisa que culminou com a escrita desta dissertação, voltado aos professores e professoras da rede pública municipal, gestores municipais e comunidade em geral, que visa proporcionar um espaço de construção e (re)construção de saberes acerca da importância do patrimônio cultural para a “saúde cultural”² da cidade.

Por fim, mas não menos importante, serão referendadas as *Discussões Finais* onde é apresentada uma tessitura entre os nexos apontados em cada capítulo, destacando algumas considerações que, não objetivam encerrar qualquer discussão apresentada, mas almejam pontuar a partir de marcos teóricos e dados coletados proposições que visem contribuir com o desenvolvimento cultural da histórica Tranqueira Invicta de Rio Pardo.

² Saúde Cultural é um conceito proposto e defendido pela Prof^a Dr^a Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa, desde 2002, para dizer da relevância dos bens culturais de uma dada comunidade quando são bem apropriados pelos cidadãos que, dessa forma, garantem a qualidade de uma saúde integral: física, emocional, mental e cultural.

2. DO IDEÁRIO PORTUGUÊS AO DEPÓSITO DE VÍVERES E MUNIÇÃO: A TRANQUEIRA INVICTA DE RIO PARDO

A política expansionista³ portuguesa e espanhola teve fundamental participação no constante (re)desenho do mapa político-econômico mundial, sobretudo na Ibero-América onde os constantes conflitos armados⁴ conduziam a instáveis limites fronteiriços na América Latina de maneira que, um território por ora era domínio português, por ora era espanhol⁵.

Esta ininterrupta disputa de vários séculos, algumas vezes apaziguada por tratados reais (Tratado de Tordesilhas, de Madri, de El Pardo, de Santo Ildefonso) foi definitivamente solucionada pelo Tratado de Badajós em 1801, estabelecendo os limites que tangenciariam os domínios portugueses e espanhóis onde, conforme Silveira (2009, p.35): “entre 1750 e 1801, houve a constituição de diversos tratados que, juridicamente, versavam sobre as áreas em litígio e contribuíram para o estabelecimento de uma fronteira entre Portugal e Espanha, influenciando na configuração territorial do atual Rio Grande do Sul”.

O Tratado de Tordesilhas acordado em 07 de junho de 1494, entre Portugal e Espanha, construiu linhas limítrofes imaginárias (Figura 1), delimitando, imprecisamente, os limites territoriais no continente americano: português de um lado, espanhol do outro.

³ Entende-se por política expansionista a atitude política de impor e/ou estender a área territorial (ou influência comercial) de um país através de conflitos armados e/ou agressão militar. A política expansionista Ibérica proporcionou a formação dos grandes impérios coloniais (português e espanhol) que, por consequência, proporcionaram o enriquecimento da burguesia estabelecida, bem como o aumento do poder dos reis. Em contrapartida, em decorrência da expansão Ibérica foi à imposição da cultura e dos valores culturais europeus sobre os colonizados, implicando, na ocidentalização eurocêntrica de diversas regiões do planeta.

⁴ Segundo Gonçalves (2010, p. 35) a rivalidade entre Portugal e Espanha era antiga, com um histórico de batalhas travadas não só na península como nas concessões atlânticas, principalmente na região platina.

⁵ Conforme Neumann (2000, p. 74) durante décadas as terras localizadas entre os limites meridionais dos Impérios coloniais Ibero-americanos caracterizavam-se por ser uma área de fronteira aberta, sujeita a influências mútuas, gerando constantes choques entre os diferentes grupos sociais presentes. Em consonância, afirma o mesmo autor que exatamente por sua condição fronteiriça a região platina serviu de palco a várias experiências reducionistas que visavam por um lado, pacificar a população indígena e, por outro, estabelecer núcleos de povoamento para auxiliar no guarnecimento do território.

A imprecisão, indeterminação e por consequência indefinição real destes limites foram decorrentes de um período onde, frente ao advento tecnológico da época, as incertezas dominavam.

E, nesta imprecisão, os limites territoriais americanos portugueses e espanhóis, por mais de 200 anos foram sustentados de tal forma que, como afirma Pontin (2012, p. 187) “as linhas limítrofes estipuladas, nada mais eram que ficções jurídicas, mas que cumpriam o papel de, querendo ou não, delimitar imprecisamente os limites das descobertas, de um lado as de Portugal e do outro da Espanha”.

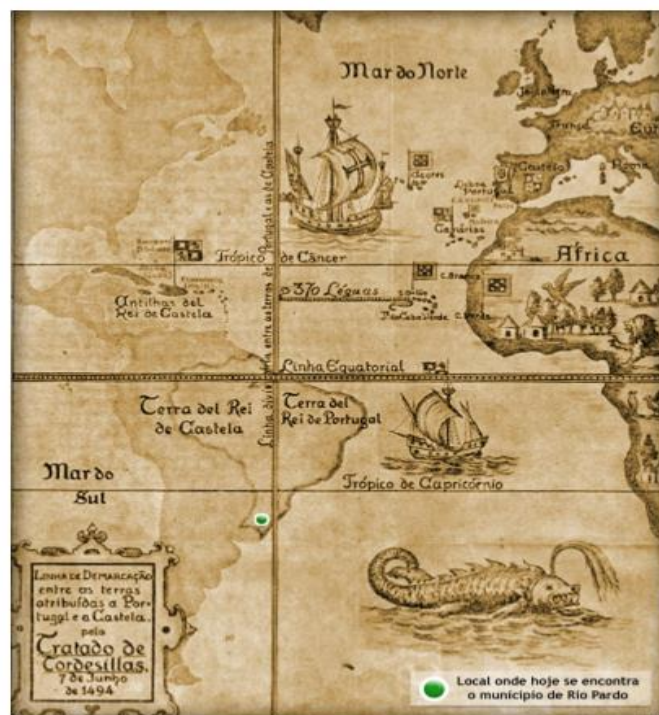


Figura 1: Tratado de Tordesilhas de 1494 - Localizando o município de Rio Pardo

Fonte: Silveira (2009, p. 34)

Com a inexistência de precisão nas demarcações limítrofes, tanto portugueses quanto espanhóis (re)começam suas ocupações e, por consequência, a invadir, mutuamente, os territórios opostos. Em decorrência, (re)surgem inúmeras disputas por violação de limites fixados e apropriação ilegal.

Entretanto, segundo Pontin (2012, p. 188) “no que tange à vigência, o Tratado de Tordesilhas celebrado em 7 de junho de 1494 durou até 13 de janeiro de 1750, quando foi expressamente revogado pelo Tratado de Madri que naquela data era assinado entre Portugal e Espanha”.

O Tratado de Madri de 1750, consolidou entre Portugal e Espanha, a retomada das definições territoriais – para a delimitação de uma fronteira, entre os dois reinos, na ocupação americana. Este tratado objetivou sanar as dúvidas decorrentes da imprecisão dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, anteriormente firmado, entre as duas coroas.

Para tanto, em seu artigo I, o Tratado de Madri revogou as deliberações decorrentes do Tratado de Tordesilhas:

Art. I. O presente tratado será o único fundamento e regra que doravante será seguido para divisão e estabelecimento dos limites dos domínios em toda a América e Ásia; e em sua virtude, ficará abolido qualquer direito e ação que possam alegar as duas Coroas, com base na bula do Papa Alexandre VI, de feliz memória, e dos tratados de Tordesilhas, de Lisboa e Utrecht, da escritura de venda outorgada em Saragoça, e de outros quaisquer tratados, convenções e promessas; que tudo aquilo, que tratar da linha de demarcação, será de nenhum valor e efeito, como se não houvesse sido determinado em todo o demais em sua força e vigor. E no futuro, não se tratará mais da citada linha, nem se poderá usar desse meio para a decisão de qualquer discussão que ocorrer sobre os limites, senão unicamente da fronteira que se prescreve nos presentes artigos, como regra invariável e não sujeita a controvérsias. (Seitenfus 2009 apud PONTIN, 2012, p. 189)

Desta forma, ao revogar as linhas imaginárias limítrofes estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas, este novo tratado, segundo Silveira (2009, p. 36) “demarcou a fronteira baseado em elementos geográficos físicos, como cursos de rios e acidentes orográficos” além do reconhecimento do *uti possidetis* (em que cada parte permaneceria com o território que estivesse ocupando). (FLORES, 2013, p. 53)

Com as novas demarcações fronteiriças, decorrentes deste tratado, ao sul, Portugal foi obrigado a ceder a Colônia de Sacramento (no atual território do Uruguai); e em contrapartida, anexou ao domínio português, a área pertencente aos atuais estados de Amazonas, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e a região dos Sete Povos das Missões a oeste do Rio Grande do Sul - de origem espanhola, uma vez que os índios guaranis foram catequizados pelos padres jesuítas espanhóis⁶.

⁶ Segundo Burd (2012, p. 25) as missões não foram apenas uma iniciativa jesuítica com os guaranis, uma vez que, conforme o autor, durante os séculos XVI à XIX, estes religiosos – da Companhia de Jesus, por todo o globo terrestre tentaram catequizar os nativos. Além dos jesuítas, outras ordens como os franciscanos, dedicaram-se a ‘conquista’ de novos fiéis para a Igreja Católica. Afirma ainda



Figura 2: Limites do Tratado de Madri - 1750
 Fonte: Silveira (2009, p. 36)

Constava ainda, por este tratado, que ao governo português seria cedida uma extensa área localizada no alto Paraguai e, conforme Silveira (2009, p. 36), “no Artigo XVII constava também a transmigração dos povos guaranis missioneiros para a margem direita do Uruguai” de forma que, segundo Burd (2012, p. 39), “ficou acertado que os índios que habitassem estes povoados sairiam de lá com seus ‘bens móveis e semoventes’, indo para a margem ocidental do rio, e deixariam as ‘casas, igrejas e edifícios e a posse e propriedade do terreno’ para os portugueses”.

Porém os índios guaranis negaram-se, junto aos jesuítas, a transmigrar. E, ao não aceitarem a ordem de devolução das terras, em milícia comandada pelo então índio missioneiro Sepé Tiarajú⁷, deu-se início a Guerra Guaranítica. Em decorrência deste conflito, a coroa portuguesa não efetiva a entrega da Colônia de

este autor, que as missões jesuíticas junto aos guaranis, a priori, foram instaladas em regiões de pouco interesse econômico e material para o rei católico, em virtude da pouca riqueza local. Desta forma, o prolongamento da catequização dos guaranis coube aos religiosos em virtude de ser objetivo da Coroa espanhola inserir os guaranis, com as reduções jesuíticas, em seu projeto colonial.

⁷ Conforme Jesus (2015, p. 55) Sepé Tiaraju é possivelmente o símbolo de ancestralidade guarani mais acionado na região e no Estado do Rio Grande do Sul. Seu nascimento é localizado na antiga Redução de São Miguel Arcanjo, onde foi Corregedor; e sua morte na Batalha de Caiboaté, realizada onde hoje é o município de São Gabriel – RS. Há um imaginário social que se nutre da história da evangelização jesuítica, da materialidade das ruínas das antigas Reduções, da história política do Rio Grande do Sul, dos valores do tradicionalismo gaúcho e do catolicismo, que compõe a singularidade da região das missões e, para Brum (2009, p. 16) atualmente, no Rio Grande do Sul, Sepé Tiaraju se constitui em uma das figuras históricas mais aludidas, mesmo em zonas distantes da região missioneira. É provável que tais referências, pela atualização de seu mito, sejam mais frequentes do que as alusões ao general Bento Gonçalves da Silva, proclamador da República Rio-Grandense, expoente maior da Revolução Farroupilha (1835-1845).

Sacramento aos espanhóis, como definia o Tratado de Madri. (GONÇALVES, 2010, p. 47)

A Guerra Guaranítica, Guerra das Missões ou Guerra dos Guaranis, decorrente da recusa dos índios guaranis e jesuítas em evacuarem o território dos Sete Povos iniciada em 1754 estendeu-se até 1756, quando foi reprimida por tropas espanholas com ajuda militar portuguesa.

A efetiva dimensão desta guerra, ainda hoje, é tema de discordância entre diversos pesquisadores:

a historiografia tem como costume chamar o período da resposta indígena ao Tratado de Madri e o conseqüente ataque dos exércitos português e espanhol ao território missioneiro oriental como 'Guerra Guaranítica' ou 'Guerra das Missões'. Contudo, não acredito que a expressão 'guerra' pode ser aplicada para tal conflito. Na maior parte do tempo ocorreram pequenos confrontos, escaramuças, provocações e houve uma batalha de maiores proporções em Caiboaté e outra em Dayman. (BURD, 2012, p. 42)

Para o historiador e professor Eduardo Neumann,

Como não foram atendidas as solicitações desses guarani insurretos, em 1754 eclodiu uma rebelião colonial conhecida na historiografia como 'Guerra Guaranítica'. O permanente estado de beligerância determinava a secular resistência oriental à presença de efetivos 'lusitanos' em suas terras. Apesar de lograrem algumas vitórias iniciais, o exército rebelde guarani é dizimado em fevereiro de 1756 na Batalha de Caiboaté. Quando após duas horas de combate em campo aberto contra as forças coligadas hispano-lusitanas, aproximadamente 1500 guarani foram chacinados. (NEUMANN, 2000, p. 92)

Entretanto, frente aos constantes embates e resistência dos índios em acatar os acordos firmados pelo Tratado de Madri⁸, os comandos espanhol e português reúnem, organizam e enviam tropas rumo à região para, segundo Burd (2012, p. 44) "realizar a transmigração dos guaranis e garantir a posse da terra para Sua Majestade Fidélíssima".

Desta forma, objetivando efetivar as deliberações acordadas no tratado, uma entre tantas estratégias para combater os indígenas e servir como posto

⁸ Os guaranis não lutavam contra a monarquia. Reagiam à perda de suas terras, que, segundo eles, lhes haviam sido dada por Deus. (Quevedo, 2001, apud MAURER, R; COLVERO, R, 2009, p. 3)

avançado para a colonização da região missioneira, segundo Flores (2013, p. 54) foi a de que “Gomes Freire de Andrade determinou a construção de depósitos de víveres e munição na confluência do rio Pardo com o Jacuí, e em Santo Amaro, na metade do ano de 1751”.

Para Silveira (2009, p. 37), “esse ponto estratégico serviu para controle do avanço da fronteira portuguesa que se via em expansão com o tratado, mas faltava sua consolidação frente à resistência indígena” e já no ano seguinte, 1752, começou a construção do forte Jesus, Maria e José numa colina dominante sobre o rio Pardo e o Jacuí pelo engenheiro João Gomes de Melo. Durante sua construção, o forte foi guarnecido por 167 aventureiros paulistas e lagunenses sob o comando do tenente Francisco Pinto Bandeira. (FLORES, 2013, p. 54)

2.1 RIO PARDO DA TRANQUEIRA INVICTA

Decorrente dos interesses portugueses e com função estratégica para a salvaguarda dos mesmos, passada a instalação do depósito de víveres e munição militar no Alto da Fortaleza⁹, em 1752 este depósito começa a tornar-se um forte: o Forte Jesus, Maria e José.

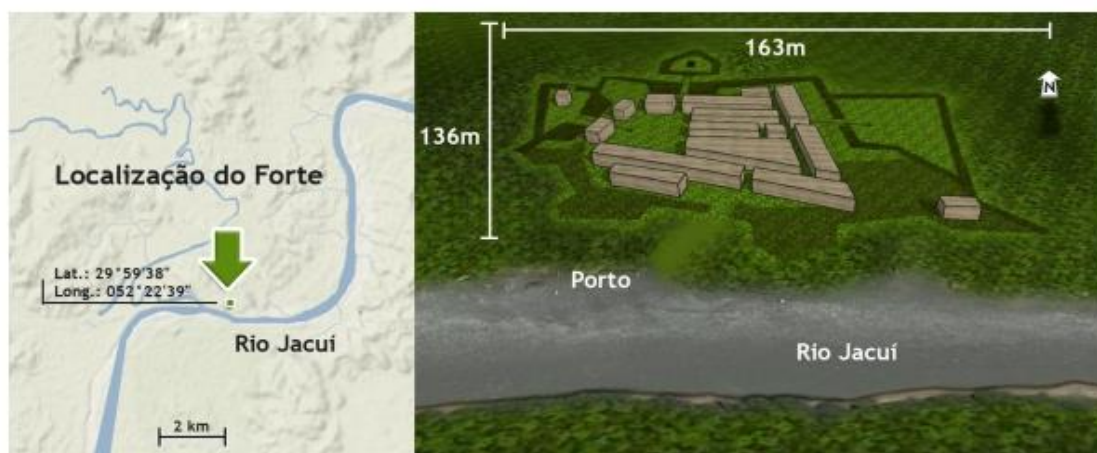


Figura 3: Localização e planta esquemática do Forte Jesus, Maria e José
Fonte: Silveira (2009, p. 38)

⁹ Entende-se por Alto da Fortaleza a elevada região geográfica na confluência dos rios Pardo e Jacuí, que na atualidade encontra-se dentro do perímetro da cidade de Rio Pardo/RS.

Conforme o professor e historiador Luiz Henrique Torres o forte contribuiu para o fluxo migratório açoriano, uma vez que

é provável que, entre 1752 e 1754, grupos de casais tenham apenas passado pela Vila do Rio Grande, seguindo logo para o interior; nessa época, Gomes Freire fortificava três áreas, estrategicamente, importantes para manter acesso à região a ser incorporada; Santo Amaro, onde estabeleceu os armazéns de abastecimento do Exército, Rio Pardo, onde erguera o Forte de Jesus-Maria-José para garantir aquela fronteira, e o porto do Arraial de Viamão, base de manutenção dos outros dois pontos. (TORRES, 2004, p. 188)

Neste viés, a partir deste marco militar de apoio à consolidação do Tratado de Madri, Schneider (2005, p. 88) postula que “a origem de Rio Pardo liga-se, portanto, a um momento decisivo dentro do processo de ocupação do Rio Grande do Sul, caracterizado pela intensiva ação militar de fundação de fortificação e povoados [...], pelo sistema de concessão de sesmarias e pela estratégia de colonização dos territórios com a imigração açoriana” onde, reforça Silveira (2009, p. 38) “logisticamente situado às margens do rio, Rio Pardo, assume uma posição de fundamental importância para o estabelecimento de estratégias militares e de estímulo ao povoamento dos campos das missões.”

E, em decorrência dos crescentes e constantes conflitos na região, a população formada basicamente por militares e suas famílias, tropeiros de gado, colonos açorianos¹⁰ e comerciantes, começou a aproximar-se da fortificação¹¹, almejando segurança onde, segundo Vogt et al (1996, p. 56) “a função eminentemente militar de Rio Pardo, pelo menos nas três décadas iniciais, não impediu que se formasse, nas suas redondezas, um pequeno núcleo urbano”, uma vez que, segundo Costa (2006, p. 68) “a Fortaleza Jesus-Maria-José, é um dos elementos que deram origem ao traçado da cidade”.

¹⁰ No Tratado de Madri, o reconhecimento do *uti possidetis* foi um desafio que a Coroa Portuguesa, segundo Torres (2004, p.187) buscou enfrentar com um povoamento planejado com os ilhéus. A consolidação dos portos do Desterro, na ilha de Santa Catarina, e do Rio Grande, no canal do Rio Grande de São Pedro, garantia o controle do litoral meridional, propiciando a expansão colonizatória lusa em direção ao oeste, a almejada região ocupada pelas Missões Jesuítico-Guaranis.

¹¹ Fortes (1962, p.38) afirma que na colina, quase na confluência dos dois rios, o engenheiro João Gomes de Melo traçou as trincheiras, que foram reforçadas no lado interno por estacas de madeira, com parapeito de terra, onde colocaram baterias. Em seu interior construíram o alojamento dos soldados, a casa do general, a casa da guarda, a capela de Santo Ângelo e o cemitério.

Com as terras gaúchas já conquistadas pelos portugueses, em 1763 os espanhóis iniciam nova campanha investindo sobre as novas posses de Portugal. As forças espanholas conquistam a Colônia do Sacramento - no Uruguai, conquistam Rio Grande e, ao almejar tomar toda a Capitania de São Pedro, investem contra Rio Pardo.

Sem lograr êxito e conquistar o Forte Jesus, Maria e José, os espanhóis tiveram que recuar.

Findada a contenda com os súditos da Companhia de Jesus, intensificaram-se as lutas entre lusos e castelhanos pelo domínio do Rio Grande do Sul. Embora sofresse diversos ataques, a Fortaleza Jesus-Maria-José transformou-se num obstáculo intransponível para as milícias platinas que não a conseguiram tomar, razão pela qual passou a ser orgulhosamente chamada de 'Tranqueira Invicta' pelos partidários da causa portuguesa. (VOGT ET AL, 1996, p. 56)

Entretanto, os constantes conflitos com os índios missioneiros, consorciado a assinatura do Tratado de El Pardo - que anulou o Tratado de Madri em 1761, somado segundo Vogt et al (1996, p. 57) "ao reforço do poder dos militares que, pela insegurança instaurada, foram agraciados com cargos e sesmarias pela Bacia do Jacuí, fizeram com que os casais de açorianos se dispersassem aguardando cerca de 20 anos para receberem as terras prometidas".

Com este panorama político-social, núcleos açorianos organizaram-se em Rio Pardo e outras cidades da Capitania de São Pedro.

Os imigrantes açorianos, segundo Silveira (2009, p. 39), "vieram para o estado com a intenção de desenvolver a agricultura e a pecuária e tinham a obrigação de defender essas terras em caso de ataque. Todos os homens saudáveis eram considerados soldados, pois a segurança da região contava muito mais com as tropas irregulares do que com as da Coroa Portuguesa".

Rio Pardo passou por um contínuo processo de profundas transformações até que, em 1769 o povoado então estabelecido, foi elevado à condição de freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

Até 1780, mantinha uma base essencialmente militar, quando segundo Vogt et al (1996, p.57) começou "a sentir os efeitos proporcionados pelo desenvolvimento econômico, trazido pela expansão de sua pecuária e agricultura e,

principalmente, pelo desenvolvimento da atividade comercial em grande escala, haja vista ter-se tornado um importante entreposto comercial”.

Com suas conquistas territoriais consolidadas, o governo português promove em 1809 a primeira divisão administrativa do Rio Grande do Sul (Figura 4), com a criação das quatro primeiras vilas: Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha.

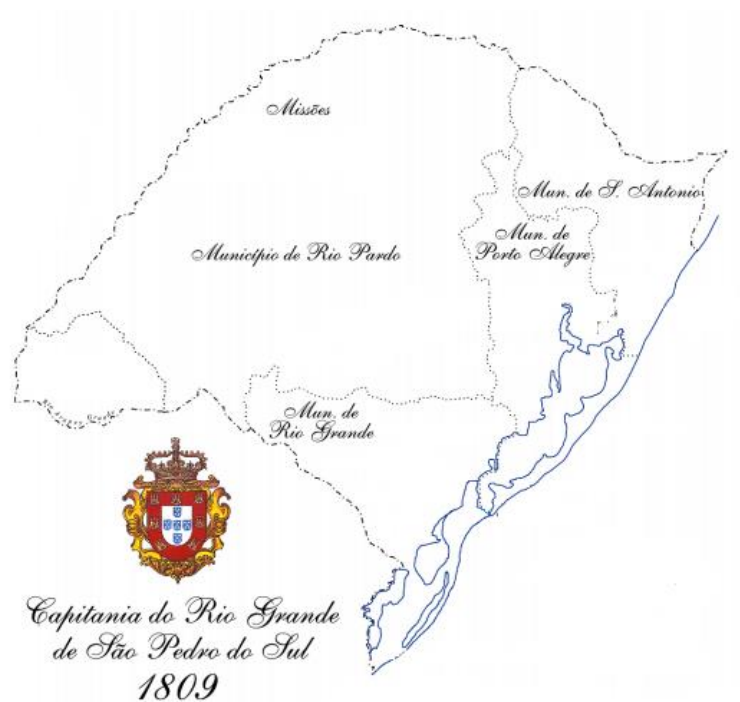


Figura 4: Divisão Administrativa do Rio Grande do Sul - 1809
 Fonte: Adaptação de Lopes (2014, p. 35)

O Censo de 1814, segundo FEE (1981, p. 39) apresentou que na Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, existia um total de 70.656 habitantes, dos quais 32.300 eram brancos de ambos os sexos, 8.655 indígenas de ambos os sexos, 5.399 livres de todas as cores, 20.611 escravos de ambos os sexos e 3.691 recém-nascidos.

Entre as quatro primeiras vilas criadas em 1809, a população estava assim representada:

Tabela 1: População total das vilas da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1814

Vila da Capitania	População Total
Rio Pardo	10.445
Porto Alegre	6.111
Santo Antônio da Patrulha	3.103
Rio Grande	3.590

Fonte: FEE (1981, p. 51)

Rio Pardo, com uma área de 156.803 km², e a maior delas, foi elevada à categoria de sede municipal, em virtude de seu elevado progresso material alcançado, de maneira que a zona urbana contava com agência de correios, calçamento de ruas e, segundo Lopes (2014, p.71) “ Rio Pardo foi uma das três povoações do Rio Grande do Sul contemplada com uma escola no início do século XIX”.

Neste período, a cidade era importante entreposto comercial, uma vez que, com sua posição estratégica, junto ao rio, favorecia o transporte de mercadorias que vinham de Porto Alegre e que seguiam via estradas de chão para o interior do estado, mais especificamente, para a região das Missões Jesuíticas. Assim, nesta época, Rio Pardo era tão ou mais importante que a capital do estado, tendo, durante algum tempo, população superior à de Porto Alegre, predominante de índios, escravos e portugueses. (COSTA, 2006, p. 68)

Além da vocação agropastoril que por ora se fixava, um diversificado e farto mercado se desenvolvia na então Vila de Rio Pardo¹², de maneira que uma diversidade de gêneros para as mais variadas necessidades e demais artigos podiam ser encontrada em seu comércio local, como descreve Laytano (1983, p. 93) “desde fazendas francesas ou variadas bijuterias, também francesas e obras de pedras preciosas fabricadas no Rio de Janeiro, Porto, Lisboa, até caibros, ripas e outras madeiras para a construção de casas e janelas, seges, colchões, diversidade de móveis”.

¹²Segundo Isabelle (1983, p. 52) o comércio é próspero, porque este ponto é o armazém de abastecimento das cidades e vilas do norte e oeste; dali partem continuamente tropas de mulas e carretas para todas as povoações do interior. As comunicações com Porto Alegre são muito rápidas; o transporte de mercadorias pesadas é feito por barcos de coberta, com vinte toneladas; as mercadorias leves e de pequeno volume, e os viajantes são transportados em grandes pirogas armadas em barcos.

Outro registro do franco desenvolvimento e prosperidade que se estabelecia em Rio Pardo pode ser encontrado no diário do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, quando da sua passagem pela Vila de Rio Pardo em 18 de maio de 1821. Segundo ele (1987, p. 363) “é na rua principal que se vê a maior parte das lojas e armazéns de comestíveis, uns e outros igualmente bem sortidos. Embora Rio Pardo seja uma cidade rica e comercial, nenhuma providência foi tomada até agora para facilitar o desembarque de mercadorias”.

Descreve também que a rua principal da cidade em 1821, é parcialmente pavimentada, sendo composta por uma significativa maioria de casas telhadas – sendo algumas grandes e bem construídas, destacando também, um grande número de casas de um ou dois andares (Figura 5) e, as casas que possuem sacada envidraçada, denunciam certa riqueza. (SAINT-HILAIRE, 1987)

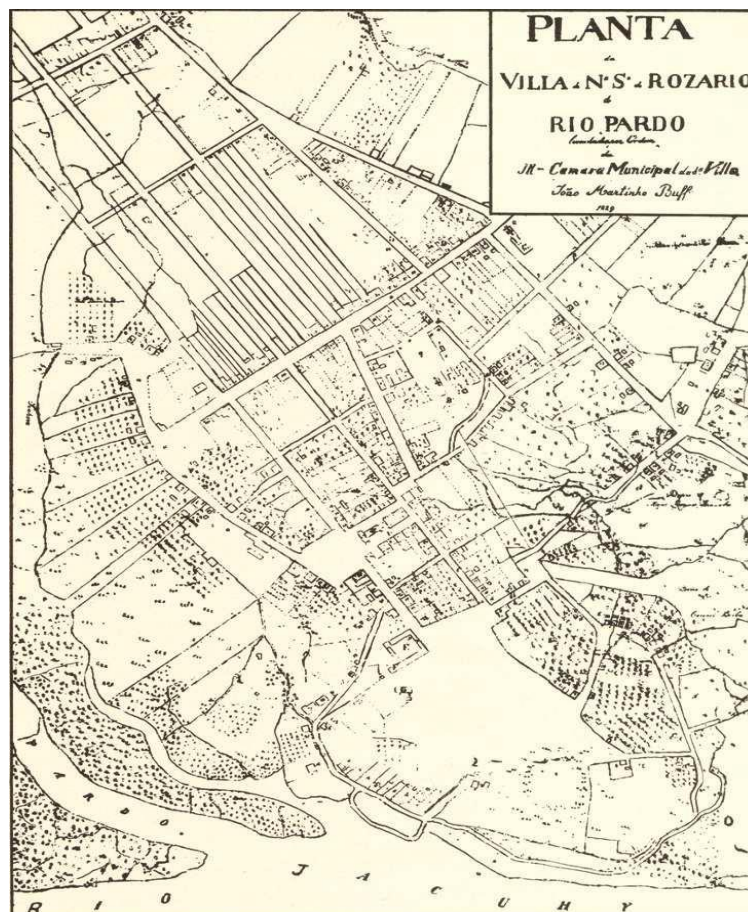


Figura 5: Planta de Rio Pardo em 1829

Fonte: Becker (1968 apud HORTENCIO; DA LUZ, 2011, p. 13)

Em 31 de março de 1846, frente ao constante e eminente desenvolvimento colonial que Rio Pardo apresentava¹³, a Vila foi elevada a categoria de cidade.

Diversos são os vestígios que, na atualidade, demonstram este áureo período vivenciado pela sociedade riopardense. Para Costa (2006) várias são as características – da época da formação de Rio Pardo, que ainda hoje contemporizam-se com a dinâmica social local: o traçado original, o expressivo número de edificações e símbolos representativos da cidade.

Destaca ainda a autora (2006, p.14) que “é possível identificar a importância das edificações históricas enquanto representações de manifestação de poder impressas no território ao longo da história da cidade de Rio Pardo e do estado do Rio Grande do Sul.”

Contudo, a cidade efervescente – cultural, político e economicamente de outrora, não logrou regular desenvolvimento e projeção econômica tal qual seu período de formação e décadas subsequentes.

Um significativo registro desta desaceleração foi observado pelo naturalista e médico alemão Robert Avé-Lallemant (1980) que, em 1858 durante sua estadia pela região e pelo então município de Rio Pardo apontou que uma ou outra das principais ruas da cidade exibiam quarteirões inteiros de casas e até magníficas residências, entretanto, diversas das travessas estavam compostas de fileiras muito interrompidas de edifícios de muitas janelas e vazios, uma vez que “não mais funcionam as casas comerciais do andar térreo, a parte superior está desabitada; com as casas em ruínas, perde-se um bom capital”. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 167)

Neste viés, Rezende (1993, p. 88) “detecta este declínio econômico nos seguintes fatos: nos saques sofridos pelo comércio local durante a Revolução

¹³ Em sua passagem por Rio Pardo, Arsène Isabelle (1983, p. 51) descreve que quando se chega à ponte, a cidade desaparece; está escondida por uma colina que é necessário subir antes de entrar na cidade. Então ela surge inteira e faz nascer uma opinião favorável de sua situação pela atividade de seus habitantes; os principais comerciantes se acham precisamente na entrada, do lado oeste; é a cidade nova. Acreditar-se-á a primeira vista que Rio Pardo é uma cidade recente, pois há tantas construções novas, mas avançando do lado sudeste ou do porto, reconhece-se bem depressa que é antiga, à vista das casas velhas e enfumaçadas, ainda guarnecidas de rótulas com grades de pau. Efetivamente Rio Pardo conta com mais de duzentos anos de existência. Foi mal construída no princípio, situada num lugar incômodo por causa dos terrenos desiguais; mas procuram reparar esse erro estendendo as ruas pelos lados norte e noroeste, pontos mais altos e mais fáceis de nivelar.

Farroupilha; na morte de grande número de rio-pardenses na Guerra do Paraguai e em virtude da epidemia de cólera-morbos que, em 1867, dizimou parte da população da cidade; entre outros”.

Entretanto,

ao que tudo indica, o período do início da estagnação de Rio Pardo pode ser encontrado nos anos de vigência da Revolução Farroupilha. Mas, salienta-se, este conflito não pode ser apontado como a causa dos problemas econômicos com os quais passou a conviver o município, pois durante os 10 anos do confronto desarranjou-se toda a economia gaúcha, e não somente a rio-pardense. (VOGT ET AL, 1996, p. 64)

Assim sendo, enquanto as vias de acesso e comunicação mantinham-se precárias, deficitárias e com poucas melhorias, a cidade de Rio Pardo manteve-se como centro logístico e entremeio comercial para os novos povoados que se desenvolviam pelo estado, em especial, nas regiões Norte e Oeste. Contudo, no momento que o panorama começou a alterar-se, com o desenvolvimento dos meios de transporte e das estradas – que diminuíram o isolamento entre as cidades, Rio Pardo foi perdendo sua consolidação e hegemonia comercial.

Associado a decrescente importância de entreposto comercial, para Vogt et al (1996, p. 64) “o fator fundamental do lento crescimento econômico de Rio Pardo a partir de meados do século XIX está vinculado a incapacidade que teve sua gente, fundamentalmente a sua classe dirigente, de aproveitar a acumulação de capitais proporcionada pela atividade comercial para desenvolver o artesanato, a manufatura e a indústria”, uma vez que, ao que tudo indica, segundo os autores, o acumulado capital comercial não foi (re)investido na projeção e desenvolvimento urbano-industrial.

Ao momento que embrionários parques industriais desenvolviam-se na região serrana, central e vales do rio Pardo e Taquari, Rio Pardo manteve-se basicamente volvida à produção agropecuária extensiva¹⁴.

¹⁴ Para Silveira (2009, p. 52) o modelo centrado em grandes propriedades rurais e na criação extensiva de gado, marcas da origem de Rio Pardo, encontra seu contraponto na necessidade de reorganização da província em face das mudanças estruturais na economia brasileira que adentravam no Império sob a égide do capitalismo inglês. Este contraponto é visualizado na implantação das colonizações alemã e italiana que, se instalam no Rio Grande do Sul com a intenção de estimular a criação de um mercado consumidor interno e povoar estrategicamente as chamadas áreas periféricas daquele período, notadamente o Planalto Norte-Rio-Grandense.

Para Vogt et al (1996, p. 65) “a elite política, sobre cujos ombros pesava uma tradição e cultura de passado heroico, patrimonialista e escravocrata”¹⁵, não conseguiu conduzir a cidade à “modernidade industrial”, levando a condenação da promissora e florescente tranqueira invicta à estagnação econômica.

¹⁵ Segundo estes autores, Dante de Laytano deixou registrado em seus escritos que Rio Pardo foi berço da nobreza gaúcha. Que os velhos solares ainda guardam o fausto de uma época quando em seus salões, à luz de candelabros de ouro e prata, rebrilhavam os fardões cobertos de condecorações e as joias preciosas que as damas ostentavam na elegância das toilettes custosas.

3. REGISTROS OFICIAIS RIO-PARDENSES

O arquipélago dos Açores, formado por nove ilhas vulcânicas habitáveis (Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo) que segundo parcos registros teve suas ilhas povoadas¹⁶ a partir de 1432 por portugueses do Minho, da Estremadura, do Algarves e do Alentejo, além de espanhóis, franceses e holandeses.

A superpopulação das ilhas, segundo Flores (2013, p. 57) “surgiu por causa do sistema de morgadio, no qual o irmão mais velho herdava a terra. Restavam aos demais irmãos as opções de arrendar terra do morgado, tornar-se pescador, soldado ou sacerdote, ou então, emigrar”. Desta forma, a impossibilidade dos irmãos não primogênitos tornarem-se donos de terras nos Açores associada ao *uti possidetis* – reconhecido no Tratado de Tordesilhas, fomentou a imigração dos açorianos ao sul brasileiro.

Diversas e controversas são as discussões acadêmicas e posições dos pesquisadores sobre a dimensão da influência açoriana no Brasil e, em especial, nas terras riograndenses¹⁷.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul em virtude da expressiva presença açoriana em seus patrimônios cultural material e imaterial reconheceu este importante legado através do Decreto nº 41.249, de 30 de novembro de 2001 onde preceitua que

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição eu lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, considerando a importância da influência portuguesa na formação da cultura sul-rio-grandense, fortalecida pela corrente

¹⁶ Conforme Flores (2013, p. 57) ergueram os núcleos urbanos no litoral, reservando os patamares das encostas e os vales para o cultivo do trigo, da videira, do ananás, e do chá. Criavam gado leiteiro para a fabricação de manteiga e queijo.

¹⁷ Segundo Hortencio e da Luz (2011, p. 4) a etnia portuguesa despertou o interesse de poucos estudiosos, embora existam diversos trabalhos publicados. Os resultados apresentam contradições (por exemplo, no que diz respeito aos primeiros habitantes das povoações, características e datação dos povoadamentos e das arquiteturas desenvolvidas, autores e datas de projetos arquitetônicos, etc.), mas são de grande relevância; carecem, entretanto, de um maior aprofundamento na análise de seus remanescentes, notadamente nos quesitos estrutura fundiária, composição arquitetônica, espacialidade, e até mesmo no estabelecimento de relações entre edificações de uma mesma tipologia.

migratória pioneira dos ilhéus açorianos, em terras da Capitania do Rio Grande de São Pedro; considerando a relevância do acontecimento dos 250 Anos do Povoamento Açoriano de nosso Estado, merecedor de destaque pela contribuição decisiva trazida pela colonização açoriana tão fortemente implantada; considerando o interesse do Estado em preservar, promover e divulgar o patrimônio histórico, cultural, artístico e linguístico legado pelos portugueses; considerando que a ocupação açoriana preparou este território para a vinda de outras correntes migratórias, contribuindo para a consolidação territorial, administrativa e política do Estado do Rio Grande do Sul; considerando a necessidade de homenagear e reverenciar a memória daqueles “casais” que formaram os “troncos seculares” de inúmeras famílias sul-rio-grandenses, decreta: **Fica consagrado o biênio 2001-2002 aos 250 anos do povoamento açoriano no Rio Grande do Sul, a fim de que nele sejam realizados os eventos comemorativos que celebram, dentre outros aspectos, a influência portuguesa na formação da cultura sul-rio-grandense e a contribuição daquele povo para a consolidação territorial, administrativa e política do Estado**¹⁸. (grifo nosso)

Entretanto, para Flores (2013, p. 59) “há historiadores que exageram a influência açoriana no Rio Grande do Sul, esquecendo-se que o fluxo açoriano foi pequeno, de curta duração e que os casais eram pobres e sem maiores instruções, perdendo suas raízes ao longo dos 20 anos que viveram sem terras, à espera da migração para as Missões”.

Na cidade de Rio Pardo, que está intrinsecamente ligada aos primórdios da colonização do Rio Grande do Sul, a materialidade fisicamente tangível de seu patrimônio edificado – registro material do período colonial que encontra-se disposto, na sua quase totalidade, em área central da cidade, é uma franca representação da contribuição açorita à cidade onde segundo Costa (2006, p.5) “a área central de Rio Pardo, [...] denominada Centro Histórico, mantém grande parte das características originais do período colonial, com prédios que sofreram poucas descaracterizações.”

A relevante representatividade do Centro Histórico rio-pardense (Figura 6) tornou-o integrante do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul, através

¹⁸ Decreto Estadual / Rio Grande do Sul, nº 41.249, de 30 de novembro de 2001. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=1323&hT exto=&Hid_IDNorma=1323> Acesso em: 15 de janeiro 2016.

da Lei Estadual nº 12.003, de 21 de outubro de 2003¹⁹ que, conforme seu art. 2º, está delimitado por:

“I - a oeste, pela rua Dr. Luciano Raul Panatieri; II - a noroeste, pela rua 15 de novembro; III - a leste, pela rua Dr. João Pessoa; IV - a nordeste, pela rua Senhor dos Passos; V - a norte, pela rua Andrade Neves; VI - a leste, mais uma vez, pela rua Gomes Freire de Andrade; VII - a sudeste, pela rua José Feliciano de Paula Ribas; VIII - a sudeste, mais uma vez, pela rua General Godolfim; IX - a leste, mais uma vez, pela rua Rafael Rodrigues Pinto Bandeira; X - a sul, pela rua Francisco Alves; XI - a noroeste, mais uma vez, pela rua Coronel Franco Ferreira; XII - a sudeste, mais uma vez, pela rua General Câmara; XIII - a oeste, mais uma vez, pela rua Moinhos de Vento; XIV - a oeste, mais uma vez, pela rua Ernesto Alves.”

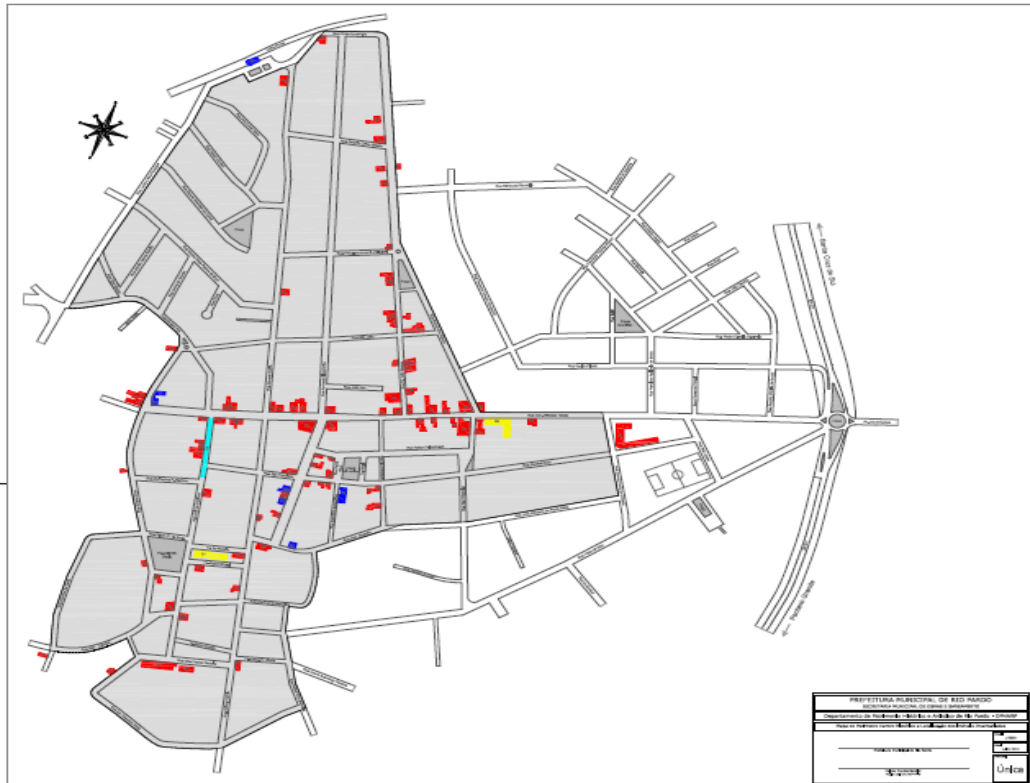


Figura 6: Mapa do Centro Histórico de Rio Pardo
Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Pardo (2013)

¹⁹ Lei Estadual / Rio Grande do Sul, nº 12.003, de 21 de outubro de 2003. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=46939&hT exto=&Hid_IDNorma=46939

Em 1979, segundo a Lei Municipal nº 8, de 27 de abril (ANEXO 1) são considerados de valor histórico e cultural e de expressiva tradição para a cidade de Rio Pardo os seguintes bens que serão objeto de futuro tombamento ou declaração de utilidade pública:

- 1) Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário;
- 2) Capela de São Francisco e respectiva estatuária;
- 3) Acervo do Museu de Arte Sacra;
- 4) Capela dos Passos, à Rua Andrade Neves;
- 5) Capela de São Nicolau;
- 6) Prédio onde funcionou a Escola Militar, à Rua Andrade Neves;
- 7) Casa-sede da antiga fazenda Abelina, que pertenceu ao pioneiro da apicultura no Brasil, Frederico Augusto Hanemann;
- 8) Capela da Bela Cruz, na localidade denominada Arroio das Pedras, 4º Distrito;
- 9) Prédio Sede do Clube Literário e Recreativo, à Rua Andrade Neves, esquina com Rua Almirante Alexandrino de Alencar;
- 10) Prédio residencial da família Biágio Tarantino, à Rua Andrade Neves, nº 253;
- 11) Prédio da Rua Júlio de Castilhos, de nº 303;
- 12) Prédio onde funciona o Instituto Medianeira (Casa da Criança);
- 13) Solar do Almirante Alexandrino de Alencar;
- 14) Fachada de azulejos do prédio nº 1028, da Rua Almirante Alexandrino de Alencar, esquina Travessa Arthur Falkenbach;
- 15) Sobrado da família Quadros, à Rua General Goldofim, nº 84;
- 16) Fachada de azulejos do prédio nº 260 da Rua Andrade Neves;
- 17) Casa de nº 371 na Rua Júlio de Castilhos (Rua da Ladeira);
- 18) Prédio da Rua Andrade Neves, esquina Ernesto Alves, de nº 14;
- 19) Prédio da Rua Andrade Neves, de nº 164;
- 20) Sobrado da Rua Dr. João Pessoa, de nº 843;
- 21) Prédio de nº 168 da Praça Protásio Alves;
- 22) Prédio de nº 1087 e nº 1093 da Rua Almirante Alexandrino de Alencar;

- 23) Prédio de nº 1103 da Rua Almirante Alexandrino de Alencar;
- 24) Prédio de nº 1121 da Rua Almirante Alexandrino de Alencar;
- 25) Prédio de nº 125 da Rua Andrade Neves, esquina Júlio de Castilhos;

No Plano Diretor do Município de Rio Pardo estão estabelecidas providências quanto às restrições de intervenção nos imóveis anteriormente listados:

Todas as obras nos imóveis a que se refere o artigo anterior ou integrantes do “Inventário dos Bens Culturais do Rio Grande do Sul” realizado pelo convênio entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Rio Grande do Sul – IPHAE e a Prefeitura Municipal de Rio Pardo, que compreendam reforma, ampliação, restauração ou novas construções deverão ser previamente analisadas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Indústria e Comércio, pelo Conselho Municipal do Plano Diretor e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul. (RIO PARDO, Lei nº 1029/2000, Art 38)

No Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul IPC-RS, publicado em 2001, no município de Rio Pardo, foram arrolados 103 bens, conforme demonstrativo:

Tabela 2: Construções listadas no IPC-RS, em Rio Pardo

(continua)

REFERÊNCIA	DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO	ANO
PRS.99.0051.0001	Igreja Matriz N. S. do Rosário	Rua Júlio de Castilhos	1750
PRS.99.0051.0002	Sobrado do Visc. de São Gabriel	Travessa Padre Broggi	1915
PRS.99.0051.0003	Sobrado Braun	Rua Júlio de Castilhos	1896
PRS.99.0051.0004	Prédio Merten	Rua Júlio de Castilhos, nº 81	1908
PRS.99.0051.0005	Prédio Freitas	Rua Júlio de Castilhos, nº 640	1916
PRS.99.0051.0006	Residência Wunderlich	Rua Cel Franco Ferreira, nº 120	1952
PRS.99.0051.0007	1º Usina Elétrica	Rua Cel Franco Ferreira, nº 120	1951
PRS.99.0051.0008	Residência Lima	Rua Ernesto Alves, nº 531,535	1936
PRS.99.0051.0009	Prédio Gomes	Rua Moinhos de Ventos, nº 401	--

Tabela 2: Construções listadas no IPC-RS, em Rio Pardo

			(continuação)
PRS.99.0051.0010	Prédio Júlio Rodrigues Cardoso	Rua Moinhos de Ventos, nº 389	1921
PRS.99.0051.0011	Residência da Família Santos	Rua Ernesto Alves, nº 151	--
PRS.99.0051.0012	Casa de Ernesto Alves	Rua Ernesto Alves, nº 135	1856
PRS.99.0051.0013	Sobrado das Águias	Rua Andrade Neves, nº 135	1916
PRS.99.0051.0014	Casa Juiz Abilio M. de Castro	Rua Andrade Neves, nº 125	1848
PRS.99.0051.0015	Sobrado Camargo	Rua Júlio de Castilhos, nº 225	1876
PRS.99.0051.0016	Casa Família Fanfa Onório	Rua Júlio de Castilhos, nº 235	1848
PRS.99.0051.0017	Casa do Turista	Rua Júlio de Castilhos, nº 257	1825
PRS.99.0051.0018	Residência Soares	Rua Júlio de Castilhos, sn	1911
PRS.99.0051.0019	Antiga Prefeitura Municipal	Rua Andrade Neves, sn	1851
PRS.99.0051.0020	Antigo Fórum	Rua Andrade Neves, sn	1946
PRS.99.0051.0021	Residência Protásio Alves	Rua Andrade Neves, nº 164	--
PRS.99.0051.0022	Prédio Ferreira Wunderlich	Rua Andrade Neves, nº 162	1922
PRS.99.0051.0023	Sobrado da Exatoria	Rua Andrade Neves, nº 242	--
PRS.99.0051.0024	Fachada de Azulejos	Rua Andrade Neves, nº 260	1946
PRS.99.0051.0025	Casa de João Luiz Gomes	Rua Andrade Neves, sn	1896
PRS.99.0051.0026	Residência Rodembusch	Rua Andrade Neves, nº 310	1934
PRS.99.0051.0027	Sobrado Wunderlich (centro)	Rua Andrade Neves, sn	1896
PRS.99.0051.0028	Casa de Joaquim Pedro Salgado	Rua Andrade Neves, esq Almirante Alexandrino	--
PRS.99.0051.0029	Sobrado de Raul Silveira	Rua Andrade Neves esq Almirante Alexandrino	--
PRS.99.0051.0030	Clube Literário e Recreativo	Rua Andrade Neves, nº 317	1915
PRS.99.0051.0031	Fachada de Azulejos	Rua Almirante Alexandrino, nº 1028	1896

Tabela 2: Construções listadas no IPC-RS, em Rio Pardo

				(continuação)
PRS.99.0051.0032	Residência Família Quadros e Marcolla	Rua Almirante Alexandrino, esq São Francisco	1935	
PRS.99.0051.0033	Prédio Magdala	Rua Alm. Alexandrino, nº 1057	1856	
PRS.99.0051.0034	Prédio Família Bandeira e Benozati	Rua Alm. Alexandrino, nº 1087 e 1093	1851	
PRS.99.0051.0035	Residência Dr. Enio Gomes Aquino	Rua Alm. Alexandrino nº 1113	1856/1929	
PRS.99.0051.0036	Sobrado Wunderlich	Rua General Godolphin	1824	
PRS.99.0051.0037	Sobrado dos Quadros	Rua General Godolphin	1875	
PRS.99.0051.0038	Residência Leo Sultze	Rua Alm. Alexandrino, nº 1073	1896	
PRS.99.0051.0039	Residência Comasseto	Rua Alm. Alexandrino, nº 980	--	
PRS.99.0051.0040	Solar Alm. Alexandrino de Alencar	Rua Alm. Alexandrino, sn	1790	
PRS.99.0051.0041	Prédio Lima	Rua São Francisco, sn	1876	
PRS.99.0051.0042	Rui Lima	Rua São Francisco, nº 253	1882	
PRS.99.0051.0043	Prédio Borba	Praça P.B. esq Rua São Francisco	--	
PRS.99.0051.0044	Igreja Metodista	Praça São Francisco, nº 13	1926	
PRS.99.0051.0045	Capela São Francisco de Assis	Travessa São Francisco, sn	1806	
PRS.99.0051.0046	Residência Igreja Metodista	Rua São Francisco, nº 333	--	
PRS.99.0051.0047	Sobrado Silva	Trav. Matheus Simões, nº 205	1856	
PRS.99.0051.0048	Sobrado Fontana	Trav. Matheus Simões esq Arthur Falkembach	1920	
PRS.99.0051.0049	Residência Domingos Cruzeiro	Trav. Da Praça Protásio Alves	1900	
PRS.99.0051.0050	Prédio Família Saraiva Azambuja	Rua Andrade Neves, sn	1826	
PRS.99.0051.0051	Residência Scwanke	Rua Andrade Neves, nº 557	1906	
PRS.99.0051.0052	Sobrado Alvino Engelmann	Rua Andrade Neves, nº 593	1909	
PRS.99.0051.0053	Lojão	Rua Andrade Neves, nº	--	
PRS.99.0051.0054	Capela do Senhor dos Passos	Rua Andrade Neves, esq Rua São Sebastião	1815	
PRS.99.0051.0055	Antiga Escola Militar da Província	Rua Andrade Neves, sn	1850/1882	

Tabela 2: Construções listadas no IPC-RS, em Rio Pardo

			(continuação)
PRS.99.0051.0056	Residência Lima	Rua Andrade Neves, nº 749 e 745	1904
PRS.99.0051.0057	Escola Estadual Ernesto Alves	Rua Andrade Neves, nº 907	--
PRS.99.0051.0058	Casa do Barão do Triunfo	Rua Andrade Neves, esq Sr. Dos Passos	1936
PRS.99.0051.0059	Residência Bandeiras	Rua Andrade Neves, nº 525	1901
PRS.99.0051.0060	Residência dos Hermes	Rua Andrade Neves, nº 584	1902
PRS.99.0051.0061	Antigo Senado da Câmara	Rua Andrade Neves, nº 552	1809
PRS.99.0051.0062	Sobrado João Pereira Monteiro	Rua Andrade Neves, nº 876	1810
PRS.99.0051.0063	Prédio Oscar Burgel	Rua Andrade Neves, nº 879	1896
PRS.99.0051.0064	Residência Pedro Borba	Rua Andrade Neves, nº 462 e 416	--
PRS.99.0051.0065	Sobrado dos Carbur Sigal	Rua Dr. João Pessoa, nº 843	1847
PRS.99.0051.0066	Sobrado Sacarello	Rua Dr. João Pessoa, nº 836	1956
PRS.99.0051.0067	Prédio Souza	Rua Dr. João Pessoa, nº 820	--
PRS.99.0051.0068	Prédio Poercher	Rua Dr. João Pessoa, sn	--
PRS.99.0051.0069	Prédio Rudi João Henkes	Rua Dr. João Pessoa, nº 768/770/772	--
PRS.99.0051.0070	Prédio Pritsh e Mealho	Rua Dr. João Pessoa, nº 775	1925
PRS.99.0051.0071	Sul Hotel	Rua Dr. João Pessoa, nº 678	--
PRS.99.0051.0072	Prédio Pelegrini / Wunderlich	Rua Dr. João Pessoa, nº 659/665	1916
PRS.99.0051.0073	Hotel Centenário	Rua Dr. João Pessoa, nº 698	1916
PRS.99.0051.0074	Estação Rodoviária	Rua Dr. João Pessoa, nº 69	--
PRS.99.0051.0075	Prédio Sacarello	Rua Dr. João Pessoa, nº 587	1896
PRS.99.0051.0076	Prédio Souza	Rua Dr. João Pessoa, nº 573	1916
PRS.99.0051.0077	Prédio Wietzke	Rua General Osório, sn	1932
PRS.99.0051.0078	Residência Wietzke	Rua general Osório, nº 1042	1931
PRS.99.0051.0079	Residência Rui Lima	Rua Rosário, sn	1830

Tabela 2: Construções listadas no IPC-RS, em Rio Pardo

			(continuação)
PRS.99.0051.0080	Casa Dr. Bira	Rua General Osório, nº 1217	1826
PRS.99.0051.0081	Prédio Guedes	Rua General Osório, esq Trav. Joaquim Lisboa	1881
PRS.99.0051.0082	Casa do Barão do Triunfo	Rua Cel. Franco Ferreira, nº 257	1932
PRS.99.0051.0083	Igreja São João	Rua Ernesto Alves, nº 13	--
PRS.99.0051.0084	Prédio Gilberto Muller	Rua Dr. João Pessoa, esq Rua Francisco Pellegrini	1810
PRS.99.0051.0085	Prédio Frey	Rua Dr. João Pessoa, nº 349	1946
PRS.99.0051.0086	Residência Silveira	Rua Dr. João Pessoa, nº 317	--
PRS.99.0051.0087	Residência Castilhos	Rua Dr. João Pessoa, esq Rua Antônio Olinto Meurer	1918
PRS.99.0051.0088	Prédio Lopes	Rua Dr. João Pessoa, nº 203	1930
PRS.99.0051.0089	Residência Fontoura	Rua Dr. João Pessoa, nº 316	1944
PRS.99.0051.0090	Hotel Ferroviário	Rua General Osório, nº 25	1928
PRS.99.0051.0091	Estação Ferroviária Sede	Praça Ferroviária	--
PRS.99.0051.0092	Sobrado Praça da Ponte	Rua Quinze de Novembro, nº 85	1876
PRS.99.0051.0093	Capela Cemitério Municipal	Av. Bom Fim	1879
PRS.99.0051.0094	Casa Wigner	Rua general Osório, nº 522	1944
PRS.99.0051.0095	Estação Ferroviária Ramiz Galvão	Ramiz Galvão	--
PRS.99.0051.0096	Capela de São Nicolau	Aldeia de São Nicolau – Ramiz Galvão	1756
PRS.99.0051.0097	Casa Sede Fazenda Abelina	Estrada Municipal	1868
PRS.99.0051.0098	Sobrado 1º Troca-troca de Rio Pardo	Porto das Mesas	--
PRS.99.0051.0099	Xavier de Almeida	Rua Ernesto Alves, nº 309	1970
PRS.99.0051.0100	Dados indisponíveis	--	--
PRS.99.0051.0101	Ponte Rio Pardo	Praça da Ponte	--

Tabela 2: Construções listadas no IPC-RS, em Rio Pardo

(conclusão)			
PRS.99.0051.0102	Ponte de Arcos Romanos	Estrada Rio Pardo à Passo do Sobrado	--
PRS.99.0051.0103	Rua da Ladeira	Rua Júlio de Castilhos	--

Fonte: Costa (2006)

Entre os bens considerados de valor histórico e cultural de expressiva tradição para a cidade de Rio Pardo, em 1979 e os bens arrolados em 2001, no Inventário dos Bens Culturais do Rio Grande do Sul, estão, na atualidade, tombados patrimônio cultural pelo município:

Tabela 3: Relação de Prédios Tombados pelo Município de Rio Pardo

(continua)				
Número Tombo	Livro	DENOMINAÇÃO	Data de Tombamento	USO
1		IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA ROSÁRIO Rua Júlio de Castilhos, sn	07/10/1980	Privado
2		SOBRADO DAS ÁGUIAS Rua Andrade Neves, 522, esq Rua Ernesto Alves	27/06/2004	Privado
3		PRÉDIO FAMÍLIA BANDEIRA E BENOZATI Rua Almirante Alexandrino, 1087, 1093	19/10/2004	Privado
4		PRÉDIO MAGDALA Rua Almirante Alexandrino, 1057	29/10/2004	Privado
5		CASA ERNESTO ALVES Zona Rural	08/06/2005	Privado
Decreto nº 86 01/12/05		ESTAÇÃO FERROVIÁRIA RAMIZ GALVÃO Ramiz Galvão	01/12/2005	Público
Decreto nº 86 01/12/05		ESTAÇÃO FERROVIÁRIA SEDE Praça Ferroviária	01/12/2005	Público
Decreto nº 86 01/12/05		ESTAÇÃO FERROVIÁRIA PEDERNEIRAS Zona Rural	01/12/2005	Público
Decreto nº 86 01/12/05		ESTAÇÃO FERROVIÁRIA BEXIGA Zona Rural	01/12/2005	Público
Decreto nº 26 24/05/07		CAPELA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS Rua Travessa São Francisco, 277	24/05/2007	Privado

Tabela 3: Relação de Prédios Tombados pelo Município de Rio Pardo

			(conclusão)
Decreto nº 09 21/02/08	SOBRADO DOS QUADROS Rua General Goldofin	21/02/2008	Privado

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Pardo (2013)

Tombados em nível estadual pelo IPHAE:

Tabela 4: Relação de Prédios Tombados pelo IPHAE em Rio Pardo

NÚMERO DO PROCESSO	DENOMINAÇÃO	DATA D. O.	USO
4991-22.00-SCDT/82	ANTIGA ESCOLA MILITAR DA PROVÍNCIA Rua Andrade Neves, 679	05/01/1987	Público
00641-1100/06-7	IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA ROSÁRIO Rua Júlio de Castilhos, sn	23/07/2010	Privado
1852-1100/95-2	PONTE DE ARCOS ROMANOS (Ponte do Couto) Estrada Rio Pardo à Passo do Sobrado	21/05/2013	Público

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Pardo (2013)

Este expressivo conjunto de bens materiais tombados a nível municipal e estadual, contém ainda o único bem material municipal tombado a nível federal:

Tabela 5: Relação de Prédios Tombados pelo IPHAN em Rio Pardo

NÚMERO DO PROCESSO	DENOMINAÇÃO	DATA DE TOMBAMENTO	USO
0521-T-55	CALÇAMENTO DE PEDRA DA RUA DA LADEIRA Rua Júlio de Castilhos	16/03/1955	Público

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Pardo (2013)

Encontra-se em processo de tombamento, a nível municipal e estadual, o Solar Almirante Alexandrino de Alencar.

3.1 O legado cultural material tombado e circunscrito no perímetro do Centro Histórico

3.1.1 Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário

A Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, comumente conhecida como Igreja Matriz pela comunidade rio-pardense, está localizada à rua Júlio de Castilhos, no centro da cidade e é a maior igreja do município²⁰.

Foi inaugurada, segundo Laytano (1979, p. 41) em 1779, tendo “o projeto arquitetônico, em suas primeiras linhas, de autoria do Governador Francisco João Roscio”, pertencendo ao período da arquitetura colonial brasileira. Entretanto, conforme Schneider (2001, p. 68) “não chegou, contudo, a ser completada neste período, apresentando sobreposição de linguagens distintas. Estas complementações podem ser observadas na parte superior das torres, que apresentam os arcos plenos, em contraste com as janelas de vergas retas e arcos abatidos do restante da igreja”.

Em 18 de maio de 1821, Saint-Hilaire (1987, p. 363) registrou em seu diário, quando da sua visita à cidade, a inacabada construção da Igreja Matriz: “Pequena a praça pública. A igreja paroquial forma um de seus lados, não está completamente pronta, o mesmo acontecendo às outras duas igrejinhas também desta cidade”. Transcorridos 12 anos, em 1833 Isabelle (1983, p. 53) registrou “há três igrejas construídas no mesmo plano de todas as do Brasil, quer dizer, com muita simplicidade. A principal, toda de tijolo, não estava ainda acabada exteriormente”.

²⁰ Para Costa (2006, p.106) “A Igreja Matriz está implantada na parte baixa da cidade, o que, contraria princípios de territorialidades que sugerem locais altos, visíveis, como locais de manifestação de poder, o que indica que a Igreja Matriz de Rio Pardo, assim como a Igreja Matriz de Porto Alegre seguiram outros parâmetros, como a construção próximo donde acontecia o cotidiano da cidade, que no caso, era junto à zona do porto, próximo às águas.”

Segundo Vogt, Romero (2010, p. 181) “em 1801, apesar do estado precário para uso, ela é dada como concluída, embora ainda lhe faltem o alto das torres e o consistório”. A finalização levaria ainda muitas décadas, ocorrendo somente em 1885.

Internamente, encontram-se diversas sacadas ou balcões que eram utilizados pela elite da comunidade, como a nobreza e comerciantes ricos. Completam o interior da igreja a sacristia, o coro, o batistério e sete altares. A entrada da igreja, à esquerda, encontra-se também, o túmulo do herói da Guerra do Paraguai, o Barão do Triunfo²¹.

Tabela 6: Os sete altares da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário

(continua)

Altar	Detalhamento
Altar do Espírito Santo	O retábulo de madeira talhada, com detalhes dourados, apresenta composição de características neoclássicas.
Altar de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Sem peças de relevo dourado, revela a origem humilde dos integrantes da irmandade. Atualmente abriga a imagem de Santa Terezinha.
Altar Nossa Senhora das Dores	Pertenceu à irmandade de mesmo nome e é apontado como uma das mais importantes peças do barroco religioso no Brasil. É o primeiro em importância artística dentro do templo.
Altar-mor	Localizado na capela-mor, é o mais importante do templo e abriga a Imagem de Nossa Senhora do Rosário e o Santo Sacrário. Do ponto de vista artístico, é o segundo mais importante do templo. A imagem original de Nossa Senhora do Rosário foi furtada em 1983. Hoje, ocupa o altar-mor a imagem de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que se encontrava no altar da irmandade do mesmo nome, onde agora está Santa Terezinha.

²¹ José Joaquim de Andrade Neves (nascido em Rio Pardo, em 22 de janeiro de 1807), foi o primeiro e único Barão do Triunfo. Faleceu em Assunção, no Paraguai, em 6 de janeiro de 1869, foi militar brasileiro com expressivo reconhecimento de sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870).

Tabela 6: Os sete altares da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário

(conclusão)

Altar de São Miguel	Abriga o Sagrado Coração de Jesus, pois a imagem de São Miguel foi furtada em 1983. Em madeira talhada e detalhes dourados, apresenta características neoclássicas, onde os elementos refletem o fim da exuberância decorativa da escola barroca.
Altar de São Francisco de Paula	Abriga a imagem de São Francisco de Paula e apresenta composição de características neoclássicas.
Altar de Sant'Ana	Abriga a imagem de Nossa Senhora da Conceição e também apresenta composição de características neoclássicas.

Fonte: Vogt; Romero (2010, p. 182)

Adaptação: Louzado, Eduardo Alexandre

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, passou por inúmeras restaurações e reformas, onde segundo Schneider (2001, p.69) “a última, executada em 1930, descaracterizou os altares internos. Contudo, guarda ainda uma série de objetos e imagens de inestimável valor artístico”.



Figura 7: Vista frontal da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário

Fonte: Acervo pessoal de Afonso Cesa Neto (2015)

Para a arquiteta, especialista em patrimônio cultural edificado, Vera Lúcia Schultze a igreja tem em sua composição o arranjo interno com nave central, consistório lateral, capela-mor e sacristia, possuindo as torres o formalismo

neoclássico do século XIX e a sacristia, a casa canônica e a capela-mor, características ecléticas do século XX. (VOGT, ROMERO, 2010, p. 181)

3.1.2 Capela de São Francisco e respectiva estatuária

Localizada à rua São Francisco, em frente à praça de mesmo nome, a Capela de São Francisco ou Igreja de São Francisco, pertenceu à Ordem Terceira dos Irmãos de São Francisco de Assis²² e, conforme Laytano (1932), apesar de possuir uma pobre fachada, abrigando em seu interior altares mais pobres ainda, possui esta igreja sete imagens de madeira que são as mais notáveis do Brasil, ao excetuar-se as das Minas Gerais.

Iniciada em 1806 a construção de sua capela-mor, teve os custos da obra sustentados por Mateus Simões Pires e Manuel de Macedo Brum que, segundo Vogt, Romero (2010, p.184) “eram abastados proprietários e ativos participantes da vida política de Rio Pardo”.

A inauguração da igreja ocorreu em 1812, quando segundo Schneider (2001, p. 70) “transladou-se a Imagem de São Francisco das Chagas para o templo. Inicialmente, a construção era uma pequena capela-mor, de aproximadamente sete por treze metros, que destinava-se mais tarde, a ser ampliada e construir uma grande igreja de três naves”.

Em 19 de janeiro de 1846,

os irmãos da Ordem 3^o ‘cheios de maior jubilo e satisfação’ pela chegada de D. Pedro II e Da. Teresa Cristina a Rio Pardo ‘pretendiam dar as Mesmas Augustas Pessoas hum Te-Deum em ação de graças’, o que, evidentemente, revelava a importância da ordem, na tradicional cidade do Jacuí. (LAYTANO, 1979, p. 46)

²² Segundo Vogt, Romero (2010, p.183) “Durante o século XIX a sociedade rio-pardense testemunhou a existência de várias irmandades. Em documentos e artigos existe menção a uma série delas, dentre as quais as do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora das Dores, da Ordem Terceira de São Francisco, do Senhor Bom Jesus dos Passos, de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de São Miguel e Almas e Divino Espírito Santo. Atualmente, somente a Irmandade dos Passos continua ativa no município de Rio Pardo”.

Um sinistro, em 28 de novembro de 1853 provocou um incêndio na capela, destruindo a capela-mor, uma rica estatuária, imagens de São Francisco e do Senhor Jesus Crucificado, objetos sacros, além de destruir a quase totalidade dos documentos da irmandade. A igreja foi reinaugurada em 1857²³.



Figura 8: Vista frontal da Capela de São Francisco
Fonte: Costa (2006)

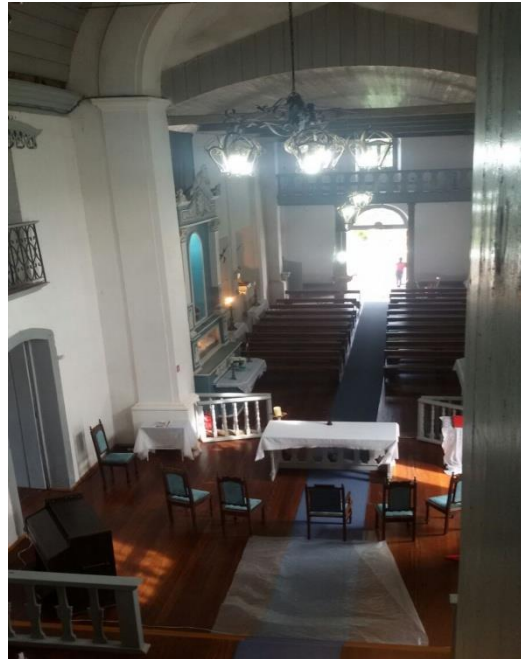


Figura 9: Vista interna da Capela de São Francisco
Fonte: acervo do autor (2016)

A Igreja de São Francisco reúne ainda, conforme Schneider (2001, p.72) “uma das mais ricas coleções de Arte Sacra do Estado, contando com imagens que representam os passos da paixão de Cristo, ou as Sete Imagens da Via Sacra. As imagens são em tamanho natural, policromadas e feitas em cedro”.

Sobre estas imagens sacras (Figuras 10, 11 e 12), complementa Laytano (1979, p. 46)

o Senhor Crucificado fica no altar-mor e nos altares laterais: Jesus no horto de Getsemani recebendo do anjo o Cálix da amargura; Jesus preso e amarrado, já com o rosto machucado por ter caído no riacho; Jesus na coluna da flagelação, depois de açoitado e amarrado, tendo o rosto retorcido de dor; Jesus coroados de espinhos e com um manto

²³ Segundo Costa (2006, p. 116) “A Capela São Francisco de Assis mantém suas características originais. Com arquitetura simples, possui fachada composta por frontão que marca o acesso principal e apenas uma torre, coberta com uma cúpula, na lateral direita. Vãos com verga reta e em arco pleno e pilastras que demarcam o corpo principal e o corpo da torre”.

de púrpura, Jesus de Cana Verde, cana que servia de cetro. Acrescente-se a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte.

As imagens foram doadas a Igreja, pelo então vice-ministro da Ordem Terceira de São Francisco, Joaquim José de Oliveira em 1807.



Figura 10: Imagens que representam os passos da Paixão de Cristo
Fonte: Vogt, Romero (2010, p. 185)



Figura 11: Imagens que representam os passos da Paixão de Cristo
Fonte: Vogt, Romero (2010, p. 185)



Figura 12: Imagem de Nossa Senhora da Boa Morte
Fonte: acervo do autor (2016)

Como a documentação correspondente a estas peças foi perdida no incêndio de 1853, a autoria destas obras permanece sem confirmação, entretanto, entre as diversas hipóteses sobre a autoria, a mais pertinente, segundo Vogt, Romero (2010) é de que as peças são de origem portuguesa, uma vez que apresentam traços característicos do barroco português, sendo semelhantes a imagens encontradas em outras cidades brasileiras - Salvador por exemplo, onde existe a confirmação de que aquelas foram feitas em Portugal.

3.1.3 Prédio onde funcionou a Escola Militar

O prédio onde funcionou a Escola Militar, atualmente Centro Regional de Cultura de Rio Pardo, está situado à Rua Andrades Neves, nº 679. A edificação de 1848, construída pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, anexa à capela dos Passos, tinha por objetivo servir de Casa de Caridade (hospital), uma vez que, segundo Vogt, Romero (2010, p. 41)

mesmo sendo uma das cidades mais populosas da Província, não havia hospital em Rio Pardo. O atendimento era prestado por médicos do serviço de saúde pública, criado pelo Senado da Câmara de Vereadores em 20 de maio de 1811. Em 1838, logo após o combate do Barro Vermelho, a comunidade decidiu que o município não poderia mais continuar sem uma casa de saúde.

Entretanto, como a obra levou 34 anos para ser concluída e a Irmandade não teve recursos para implementar o hospital, a edificação foi cedida para a instalação de um regimento militar do Exército Imperial. Em 1885, neste mesmo prédio, começou a funcionar a Escola Militar – a primeira da província. Foram 45 anos de trajetória militar até que em 1930 a Sociedade Educação e Caridade adquire o prédio, instalando-se ali o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Frente as dificuldades para a manutenção do prédio em estilo neoclássico com 17.760 m², que requeria uma restauração qualificada, a Sociedade Educação e

Caridade em 1974 doa o prédio ao Estado, almejando que se criasse um Centro Comunitário de Atividades Culturais neste espaço.

Em 1983, o prédio foi tombado pelo IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, entretanto seu estado de conservação era precário. Em 2005, com a conclusão da restauração da edificação (Figura 14), foi criada a entidade Centro Regional de Cultura Rio Pardo, responsável pela administração e gestão do espaço, que visa o desenvolvimento cultural da população local e região.



Figura 13: Centro Regional de Cultura de Rio Pardo
Fonte: Acervo do Centro Regional de Cultura (2008)

3.1.4 Estação Ferroviária Sede

A Estação Ferroviária Sede está situada na Praça Ferroviária e é uma das mais significativas áreas da cidade, devido ao seu importante papel para o desenvolvimento socioeconômico do município. Segundo Costa (2006, p. 96) “a Estação de Rio Pardo faz parte da linha Porto Alegre – Uruguaiana, autorizada por

Decreto imperial de 1873, com objetivo de comunicar o litoral e a capital com as fronteiras, tendo sido inaugurada em março de 1883”.

Compõe o conjunto da estação férrea, junto a Estação Ferroviária Sede (Figura 14), mais duas edificações e um reservatório d’água.



Figura 14: Estação Ferroviária Sede de Rio Pardo
Fonte: Acervo do autor (2015)

A edificação principal (sede) apresenta três pavimentos e, frente as demais sedes de Estações Ferroviárias no estado do Rio Grande do Sul, apresenta características arquitetônica distinta. Segundo Costa (2006, p.96) “como detalhes arquitetônicos, pode-se destacar corpo principal em três andares, sacadas com guarda-corpo de madeira trabalhada, lambrequins de madeira nos beirais e o cuidado com a fachada dos fundos (de frente para os trilhos) que possui as mesmas características da principal”.

Associada a estação sede da ferroviária de Rio Pardo esteve a promoção e difusão do quitute “sonho de Rio Pardo”. Iguaria portuguesa que, quando a família Lisboa Fischer passou a administrar o restaurante da Estação Férrea de Rio Pardo, começou a ser comercializado a todos os que estavam de passagem. Vendido em

latas decoradas, alcançou os mais diversos destinos, desde Uruguaiana na fronteira, até a capital Porto Alegre.

3.1.5 Calçamento de pedra da Rua da Ladeira

Atual rua Júlio de Castilhos, em 1813 foi a primeira rua pavimentada do Rio Grande do Sul²⁴ (Figura 15).



Figura 15: Calçamento em pedra da Rua da Ladeira
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Rio Pardo (2015)

²⁴ Segundo Vogt et al (2010, p. 248) o historiador Miguel Ângelo da Costa frisa que a Rua da Ladeira conta muito da história de Rio Pardo. Revela pistas sobre as práticas de urbanização e das técnicas construtivas do Brasil dos séculos XVIII e XIX. Construída supostamente por escravos em 1813, tem sido apontada como a primeira via calçada do Estado. Porém a informação não foi confirmada até hoje. Há quem defenda a tese de que tenha sido calçada em 1846, ano em que o Imperador Dom Pedro II visitou a cidade. Outros entendem que esse pioneirismo foi, na verdade, uma jogada inteligente para evitar que a rua fosse destruída pelo progresso. É provável que a Ladeira, com suas pedras irregulares, seja a via calçada mais antiga ainda existente em solo gaúcho. Para Miguel Ângelo, isso pode estar relacionado à tentativa de demolição da mesma, por volta de 1950. Para evitar a destruição do patrimônio, Biágio Tarantino iniciou uma grande luta pela preservação do calçamento e difundiu a ideia de que este era o mais antigo do Estado. Mas para o professor, qualquer uma das cidades mais antigas da então Capitania pode ter tido uma rua calçada até mesmo antes de 1813. Mas a data de construção não é o mais importante. O relevante é aquilo que dela pode ser pensado e extraído para a compreensão da história de Rio Pardo.

Com escoamento ao centro do calçamento, segue o modelo da Via Appia Romana, e foi construída com mão de obra escrava. Serviu de principal elo de ligação entre a rua Santo Ângelo (atual Andrade Neves) e a região do porto.

Segundo a arquiteta Adriana Costa (2006, p. 101), quanto a Rua da Ladeira,

seu entorno possui conjunto de casarios do século XIX, sendo estas edificações na sua maioria bem conservadas, com características originais mantidas, formando uma paisagem harmônica, ou seja, mantendo continuidade de linhas horizontais e ritmos verticais nas fachadas, com prédios de mesma altura, mantendo a continuidade com a rua. Além disso, as edificações presentes na rua da Ladeira revelam outra característica peculiar proporcionada pela diferença de cota de nível: o porão. Quando observados pela rua Andrade Neves, não é possível identificar a presença de tal elemento nas edificações, porém, quando se observa as fachadas pela rua da Ladeira, revela-se a presença de porão alto, habitável, como recurso para o aproveitamento do desnível do terreno.

Entretanto a Rua da Ladeira, na década de 50, sofreu os impactos do projeto de modernização das cidades brasileiras, com a retirada de algumas de suas pedras de calçamento irregulares originais.

E, segundo Vogt et al. (2010, p. 248)

Em 6 de fevereiro de 1955, muito preocupado com a situação, Biágio escreve artigo em um jornal local alertando para o 'golpe contra as tradições' e advertindo que as gerações futuras cobrariam os atos dos responsáveis pela mutilação. A matéria repercutiu na imprensa do Estado. No mês seguinte, o SPHAN assinou tombamento da via".

3.1.6 Sobrado dos Quadros ou Solar dos Quadros

A edificação, localizada à rua General Godolphin, próxima ao calçadão, no centro da cidade de Rio Pardo, construída em estilo colonial urbano, consta na primeira planta da cidade, de 1829. Neste estilo de construção, existe na atualidade no município, apenas mais uma edificação: o Solar Almirante Alexandrino de

Alencar. Sem data precisa, a edificação segundo alguns historiadores data do final da década de 1790 ou primeira década de 1800.

Na noite de 18 de agosto de 1993, um incêndio sem causa definida destruiu quase que completamente a edificação (Figuras 15 e 16).

Conforme Quadros (2009, p. 232) “apesar de não servir de residência fixa, era um ponto de encontro das famílias dos herdeiros em datas festivas. Conservava um grande arquivo de memória, aberto a população”. Complementa a autora que “no local se encontravam fotos, certidões de nascimento e batizados, enxovais e todos os móveis haviam sido preservados praticamente no mesmo lugar: ‘era uma casa típica de uma família ligada ao agronegócio no Rio Grande do Sul. Quem entrava tinha uma ideia de como viviam as pessoas no século 19’”. (QUADROS, 2009, p. 232)



Figura 16: Solar dos Quadros
Fonte: Acervo de Rogério Goulart (2013)

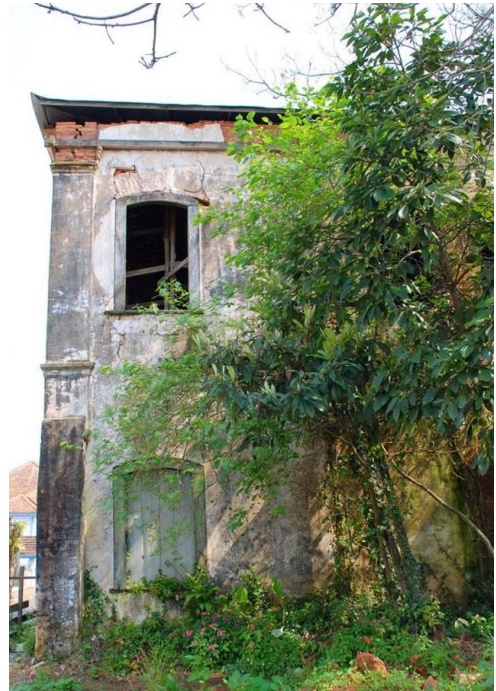


Figura 17: Solar dos Quadros (lateral)
Fonte: Acervo de Rogério Goulart (2013)

3.1.7 Sobrado das Águias ou Solar das Águias

Edificação situada à rua Andrades Neves, esquina com a rua Ernesto Alves, no centro da cidade, tem edificação datada da primeira metade do século XIX, aproximadamente em 1813.

Imóvel urbano (Figura 17), residencial unifamiliar, esta construção do tipo sobrado tem características tipológicas estruturais do período colonial e composição de fachada apresentando elementos neoclássicos e ecléticos.



Figura 18: Solar das Águias
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Rio Pardo (2015)

A edificação, segundo o registro no Livro do Tombo (1980, p.2), “apresenta paredes externas mistas (pedra, tijolo, barro e argamassa) e paredes internas de taipa de mão”.

Segundo este livro de registros, consta ainda que a edificação

apresenta em seu conjunto, algumas alterações resultantes de intervenções anteriores, sofridas nos últimos 50 anos, observadas tanto em sua planta (fundamental), funcional, como em seus revestimentos internos, instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas e em sua cobertura, cuja composição estrutural de elementos de madeira, bem como o seu atelhamento apresentam soluções técnicas diversas e inadequadas, relativas a tipologia original. (LIVRO DO TOMBO, 1980, p.2)

Em estado de conservação aparentemente regular, esta edificação consta como sendo o segundo registro efetuado no Livro do Tombo da Prefeitura Municipal de Rio Pardo, na data de 27 de junho de 2004.

3.1.8 Prédio família Bandeira e Benozati

Importante exemplar arquitetônico de características próprias e peculiares as edificações urbanas oriundas da primeira metade do século XIX, o Prédio família Bandeira e Benozati é o terceiro bem registrado no Livro do Tombo da Prefeitura Municipal de Rio Pardo, e está localizado à rua Almirante Alexandrino, na região central da cidade (Figura 18).



Figura 19: Prédio família Bandeira e Benozati
Fonte: Costa (2006, p.153)

Segundo Costa (2006, p. 153) “o prédio Família Bandeira e Benozati foi construído no ano de 1851, possui fachada com ritmo entre elementos verticais, porão alto com com gateira retangular e esquadrias com verga reta e moldura. Cobertura em três águas – em comum com o Prédio Magdala – e beiral”.

A edificação, arrolada no Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul / IPC-RS sob o registro PRS.00.0051.00034, é imóvel urbano, residencial unifamiliar, com edificação do tipo casa de porão alto.

Entre as principais características da edificação, segundo o Livro do Tombo (1980, p. 5), encontra-se

construção de paredes externas mistas (pedra, tijolo, barro e argamassa) e paredes internas de taipa de mão, alvenaria de tijolos com barro e cal – apresenta em seu conjunto algumas alterações resultantes de intervenções sofridas em épocas anteriores, observadas tanto em sua planta funcional como em seus revestimentos internos, instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas. A cobertura da edificação constitui-se em recobrimento de telhas portuguesas antigas do tipo capa e canal, assentadas sobre tesouras (originais do período de construção), caibros e ripas de madeira (substituídos no final da década de 90, do século XX). (LIVRO DO TOMBO, 1980, p.5)

3.1.9 Prédio Magdala

Edificação vizinha ao prédio da Família Bandeira e Benozati, encontra-se localizada à rua Almirante Alexandrino, número 1057.

De propriedade das senhoras Maria Magdala Raupp Barreto e Maria Elcira Barreto Amarante, foi inscrito em 29 de outubro de 2004, no Livro do Tombo da Prefeitura Municipal de Rio Pardo (Figura 19), como o quarto bem integrante do Patrimônio Histórico e Cultural do município.

O prédio Magdala, construído em 1856, conforme a arquiteta Adriana Costa, “possui fachada com ritmo entre elementos verticais, cobertura em quatro águas com platibanda vazada com balaústres e ornamentos. Porão alto, com gateiras regulares, esquadrias com verga em arco batido e molduras. Pilastras com

capitel demarcando o limite da edificação e desenhos do reboco da fachada”.
(Costa, 2006, p. 153)



Figura 20: Prédio Magdala
Fonte: Costa (2006, p.153)

Segundo o Livro do Tombo do município, a edificação ainda apresenta “paredes externas de pedras irregulares e argamassa de barro e cal. [...] A cobertura da edificação constitui-se em recobrimento de telhas portuguesas antigas do tipo capa e canal assentadas sobre tesouras (originais do período de construção), caibros e ripas de madeiras (substituídas no final da década de 80 do século XX)”. (LIVRO DO TOMBO, 1980, p. 6)

4 POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

4.1 A educação patrimonial

Uma das grandes discussões contemporâneas acerca da educação – enquanto campo teórico e área do conhecimento- e em especial a educação básica brasileira, é a necessidade de uma educação transformadora. Uma educação que muito mais que privilegiar um currículo rígido, engessado, eurocêntrico, abstrato e de pouca significância prática, considere a qual sujeito será dirigida, que tipo de conhecimentos quer sistematizar e que principalmente promova a emancipação dos sujeitos envolvidos no processo de ensinar/aprender, aprender a ensinar e ensinar aprendendo.

Contra a educação emancipatória, na educação tradicional, segundo Freire (1979, p.38)

o professor ainda é um ser superior que ensina a ignorantes. Isto forma uma consciência bancária. O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que deposita. Mas o curioso é que o arquivado é o próprio homem, que perde o seu poder de criar, se faz menos homem, é uma peça. O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo sujeito de sua ação.

Nesta perspectiva, a educação patrimonial não é simplesmente uma nova temática a ser refletida, contextualizada, discutida e trabalhada na escola – diferente do currículo acadêmico – mas um eixo articulador de atividades e conhecimentos socioculturais, que ao valorizar a história local conduz o sujeito do processo a reconhecer as suas “referências identitárias tangíveis e intangíveis, além de levar o estudante a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (ROSSI, MONTEIRO, 2015, p. 385)

Sobre os fundamentos da educação patrimonial, reforça Horta (2000, p. 26) que

a educação patrimonial nos oferece valiosas pistas, pois é embasada na ideia de que a aprendizagem que parte das memórias compartilhadas e do patrimônio coletivo facilita a relação do indivíduo com seu grupo e o seu meio, conduzindo a um processo de identificação e reconhecimento.

Muito mais que promover uma emancipação do sujeito 'aprendente', a educação patrimonial contribui com a quebra de paradigmas da gênese conceitual acerca do patrimônio cultural, seu pertencimento e sua salvaguarda.

Historicamente, segundo Carlan, Funari (2010) o patrimônio de origem do latino *patrimonium*, era sinônimo de herança familiar e/ou conjunto de bens familiares, uma vez que entre os romanos antigos, significava tudo que pertencia ao pai de família. Sem excetuar que, na percepção romana, o patrimônio do *pater* – pai de família - abarcava tudo que estava sob seu domínio, a incluir: esposa, filhos, escravos, animais, bens móveis e imóveis. Desta forma, tudo e todos que estavam tutelados pelo pátrio poder era *patrimonium*, passível de ser legado a outrem através de testamento.

Como afirmam Carlan e Funari (2010, p. 17), “o patrimônio, se assim podemos chamar, era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no interior da elite patriarcal romana. O patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia”, uma vez que uma expressiva e significativa parcela dos cidadãos romanos não eram detentores de patrimônio - por não possuírem bens ou escravos.

Segundo Costa et al. (2016, p.25) faz-se necessário compreender, a luz da contemporaneidade que

patrimônio, contrariando a sua liquidez conceitual, não existe isoladamente, uma vez que *a priori*, sendo este o/um conjunto de bens materiais e/ou imateriais que cumulativamente registram e expressam a história de um indivíduo, comunidade, região ou nação e, para tanto, *a posteriori* enquanto um legado herdade que será transmitido a futuras gerações, ele, o patrimônio, está intrinsecamente indissociado da construção e (re)construção de memórias individuais e/ou coletivas.

Contudo, uma nova percepção acerca de patrimônio foi fomentada com a *nouvelle histoire*, decorrente da Revolução Francesa onde, ao entendimento de patrimônio foram consorciados elementos que aclamam a memória e a história de uma nação.

Esta percepção, conduziu a uma intervenção do Estado e, conseqüentemente, a proposição de políticas públicas para a valorização e salvaguarda dos bens - outrora individuais - agora herança de um povo.

Neste viés, ratificou a Declaração de Caracas de 1992 que o patrimônio cultural de uma nação, região e/ou comunidade é composto de todas as expressões materiais ou espirituais que o constituem, a incluir o meio ambiente.

Sobre o reconhecimento e identificação da população e/ou comunidade com os bens culturais, simbólicos ou não, Costa (2014, p. 168) afirma que

esta mensagem pode ser histórica, artística, científica ou outra, mas o importante para que se inclua um objeto na categoria de patrimônio é o envolvimento que a população demonstra ter com ele e, quando se fala de população, a ideia deve ser expandida desde pequenas comunidades até o amplo conceito de humanidade, ou seja, toda a população da Terra.

Em consonância, o museólogo francês Georges Henri-Rivière, aponta, que os bens tornados patrimônio cultural

são um espelho que a população olha para reconhecer-se, onde ela procura uma explicação sobre o território em que está, em conjunto com a história de populações passadas, na descontinuidade ou continuidade das gerações. Um espelho que a população apresenta aos seus, para uma melhor compreensão, valorização das suas atividades, dos seus comportamentos, de suas particularidades²⁵. (RIVIÈRE *apud* CÂNDIDO, 2007, p. 169, tradução nossa)

²⁵ Texto original: “[...] un miroir où cette population se regarde, pour s’y reconnaître, où elle recherche l’explication du territoire auquel elle est attachée, jointe à celle des populations qui l’ont précédée, dans la discontinuité ou la continuité des générations. Un miroir que cette population tend à ses hôtes, pour s’en faire mieux comprendre, dans le respect de son travail, de ses comportements, de son intimité”.

Paulatinamente, o patrimônio constitui-se na representação do ontem no hoje, com uma visão para o amanhã.

Nesta ótica, De Varine afirma que, independente de material ou imaterial, de sua forma tipológica ou simbólica, o patrimônio cultural (re)significado como objeto - de distintos usos, é o que herdamos, criamos, transformamos, (re)transformamos e transmitimos, sendo o patrimônio tecido de nossa vida, um componente de nossa personalidade. (DE VARINE, 2013)

Ao reconhecer-se, portanto, a incontestável relevância do patrimônio cultural para a perpetuação das memórias – oficiais ou sociais e a sua necessidade de perpetuação, a salvaguarda dos bens culturais encontra, entre as principais estratégias de proteção, o tombamento.

Conforme Figueira (2015, p. 265), o tombamento “institui como princípio fundamental a perpetuação da memória histórica impressa no bem material que deve ser protegido por um registro público diante de sua importância local, regional, nacional ou internacional”.

4.2 A educação patrimonial na rede municipal de ensino

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96²⁶, nos princípios e fins da educação nacional apresenta, entre outros, os princípios de liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e respeito à liberdade e apreço a tolerância.

E, em consonância, a quase totalidade das escolas brasileiras almeja ser uma Escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, espaço cultural

²⁶ A Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, sendo a lei orgânica e geral da educação brasileira.

de socialização e desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de seus direitos e cumprimento de seus deveres, sinônimo de cidadania.

Entretanto, a formação clássica das bancadas acadêmicas, endossada por uma representativa parcela de professores e professoras da educação básica, em muito pouco colabora para a promoção da plena cidadania, uma vez que tal formação tem ratificado práticas racistas, pressupondo a “extra” valorização cultural ibero-americana sobre as demais e, por consequência, (retro)alimentando paradigmas que sustentam o sexismo, homofobia, etnocentrismo e preconceito social, entre outros.

Contrapõe-se a esta realidade, que os professores e professoras do ensino básico, por sua vez, nem sempre tiveram acesso à formação continuada ou atualizações que colocassem temas contemporâneos sob discussão, a fim de contribuir para uma atuação pedagógica que fosse direcionada a colocar em questão discriminações de natureza social, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e de origem regional.

4.2.1 A rede municipal de ensino

Foco desta pesquisa, a rede municipal de ensino na cidade de Rio Pardo tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal.

Segundo o Regimento Escolar (2012, p. 5), tem por fins da escola municipal que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e oferece educação infantil e ensino fundamental.

A educação infantil no município é oferecida em nível de pré-escola, para crianças de 04 e 05 anos de idade, enquanto que o ensino fundamental – obrigatório

e gratuito, com duração de nove anos, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança a partir dos seis anos de idade.

Conforme consta no Regimento Escolar (2012, p. 5)

A Educação Especial abrange todas as etapas e modalidades do ensino e contempla a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento. É promovido e expandido com o apoio dos órgãos competentes e oferecidos em salas de recursos multifuncionais na própria escola, em outra escola ou centros especializados.

A Educação de Jovens e Adultos é destinada aos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade adequada, com idade mínima de quinze anos para ingresso no mesmo.

Os objetivos de cada uma das etapas de ensino encontra-se distribuídos da seguinte forma:

Tabela 7: Objetivos da educação básica municipal na cidade de Rio Pardo/RS

(continua)

ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	OBJETIVOS
Educação Infantil	Construção da identidade e da autonomia e a ampliação progressiva dos conhecimentos de mundo, por meio de aprendizagens orientadas ao desenvolvimento integral da criança, de modo a contribuir para a formação de um ser humano crítico, reflexivo, criativo e solidário.

Tabela 7: Objetivos da educação básica municipal na cidade de Rio Pardo/RS
(conclusão)

Ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; - o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
---------------------------	---

Fonte: Regimento Escolar das escolas municipais de Ens. Fund. de Rio Pardo (2012, p. 6)
Adaptação: Louzado, Eduardo Alexandre

O currículo escolar, na rede municipal de ensino é constituído pelas experiências escolares vivenciadas em todas as atividades educacionais, tanto no ambiente escolar quanto fora dele, possibilitando ao aluno situar-se como cidadão no mundo. Assim, deve ser assegurado a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, independente das demandas sociais e das grandes diversidades étnico-racial e cultural da população. (REGIMENTO ESCOLAR, 2012)

Neste viés, segundo o mesmo regimento (2012, p. 7) o currículo do Ensino Fundamental portanto “tem uma base nacional comum, implementada por uma parte diversificada, constituindo-se um todo integrado e não serão consideradas como dois blocos distintos, possibilitando a sintonia dos interesses mais amplos da formação básica do cidadão”. A saber, contemplam a formação básica do cidadão os aspectos relacionados a realidade individual, local, regional, da sociedade, da cultura e da economia.

Os temas transversais – saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, direitos humanos, educação ambiental, educação para o consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, estatuto do idoso, da criança e do adolescente, entre outros, “devem permear o

desenvolvimento dos conteúdos, pois a transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares numa perspectiva multidisciplinar”.(REGIMENTO ESCOLAR, 2012, p. 7)

O currículo escolar está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96, nas Orientações Curriculares Nacionais e nas demais normas vigentes aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação de Rio Pardo²⁷.

Aos docentes, segundo a Resolução nº11, de 12 de novembro de 2012, do Conselho Municipal de Educação, em seu artigo nº27, parágrafo único, compete:

Como protagonistas das ações pedagógicas, caberá aos docentes equilibrar a ênfase no reconhecimento e valorização das experiências do aluno e da cultura local que contribui para construir identidades afirmativas, e a necessidade de lhes fornecer instrumentos mais complexos de análise da realidade que possibilitem o acesso a níveis universais de explicação dos fenômenos, propiciando-lhes os meios para transitar entre a sua e outras realidades e culturas e participar de diferentes esferas da vida social, econômica e política.

A rede municipal de ensino, no município de Rio Pardo é composta de 29 estabelecimentos educacionais, sendo 11 escolas municipais de educação infantil – EMEI, das quais 09 encontram-se na zona urbana.

Das 18 escolas de ensino fundamental que completam a rede municipal de ensino, a quase totalidade, 16 unidades, encontram-se na zona rural do município.

4.2.2 Políticas públicas e práticas em educação patrimonial na rede municipal de ensino de Rio Pardo

²⁷ Colegiado municipal que, através da Resolução nº 11, de 12 de novembro de 2012, estabelece normas para autorização e funcionamento do Ensino Fundamental em Rio Pardo/RS.

Segundo o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a educação patrimonial

se constitui de todos os processos educacionais formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos de base democrática devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas. (IPHAN, 2008)

Complementa Florêncio (2015, p.24) que a educação patrimonial

deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo, e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e estar no mundo. O reconhecimento desse fato, certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e que são fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade.

Nas escolas da rede municipal de ensino de Rio Pardo/RS, a educação patrimonial está subentendida no currículo transversal, em temáticas que devem articular e serem articuladas pelos diferentes conteúdos, das diversas áreas do conhecimento, segundo consta no Regimento Escolar.

Entretanto, além de não existir claro e efetivo registro regimental - que normatiza a importância do desenvolvimento da educação patrimonial de forma específica e não apenas em temáticas correlatas no currículo escolar - no recorte temporal de análise deste trabalho (do ano de 2010 ao ano de 2016) não encontrou-se nenhum registro institucional para as escolas da rede municipal de educação - quer seja de política pública ou fomento de prática pedagógica – direcionada especificamente ao que objetiva a educação patrimonial: identificação, apropriação e valorização do(s) bem(ns) cultural(ais) local(is) e /ou global - ficando desta forma, a ‘educação patrimonial’ quando abordada, como presumível subproduto da aula de

alguma área do conhecimento ou de práticas pedagógicas que visam outros objetivos.

5. O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO VETOR DE SUSTENTABILIDADE DA CIDADANIA CULTURAL LOCAL

Conjunto de bens materiais e/ou imateriais que contam a história de uma comunidade/população/nação e sua relação com o meio ambiente, o patrimônio cultural que herda-se e transmite-se a gerações futuras, constitui-se dentro de contexto sócio histórico e não independente das tensões existentes nestes.

Segundo Machado, nesta ótica, podemos ter patrimônio como:

Conjunto de bens produzidos por outras gerações, ou seja, os bens resultantes da experiência coletiva que um grupo deseja manter como perene. Nesse sentido, patrimônio supera a definição estreita de um conjunto estático de objetos, construções, documentos, obras, etc., sendo uma marca, um vestígio cultural que individualiza os homens em momentos temporal e culturalmente diferentes. (MACHADO, 2004, p.10)

Para além de simples registros de um passado, os bens culturais são muito mais que a presença de um passado não presente.

O município de Rio Pardo/RS, cidade jovem porém bicentenária, segundo Costa e Louzado (2015, p. 37) “mantém até hoje, diversos e significativos registros materiais do passado que, muito mais que simples edificações – sobreviventes ao impetuoso tempo, são marcos que contemporizam informações, regem relações sociais e (re)escrevem a história e identidade local”.

Entretanto, contraditando na contemporaneidade, Lemos (1987, p. 19) aponta que

Com os tempos modernos, os objetos deixaram de ser feitos à mão. A indústria acelerou a sua produção, vomitando-os em idênticas faturas. É a produção em série. É a multiplicação, e como as máquinas vão a todos os lugares, os variados Patrimônios Culturais de vários lugares vão tendo uma uniformização, uma universalização. E os meios de comunicação informam tudo, tudo ensinam, tudo exigem em condicionamento mil. É o caminho da padronização.

Desta forma, a luz deste entendimento, a perpetuação destes registros históricos culturais torna-se indispensável não somente como lembranças ou

cicatrizes do passado, como registros únicos de tensões e relações sociais de um pontuado espaço histórico, mas como elementos constitutivos da produção cultural humana que, segundo Oriá (2001, p. 132) “constitui um processo em curso e em constante e permanente transformação, cuja diversidade e riqueza ultrapassam sempre os modelos de qualquer modelo técnico previamente estabelecido”.

Processo em gradual resignificação, a cultura pontua-se na valorização das memórias da sociedade – contemporâneas ou acontecimentos que marcaram de alguma forma as relações sociais das comunidades passadas.

Para Rebouças (2012, p.2)

relegar ou perder essas memórias por desleixo ou qualquer outro fator negativo colabora com o esquecimento de fatos que trazem à tona a valorização de características dessas comunidades ou de não esquecimento de acontecimentos negativos que não podemos perder de vista para que eles não voltem a ser uma realidade para os membros atuais da sociedades.

Todavia, há de considerar-se que a lembrança segundo Halbwachs (apud Costa, Remedi, 2013, p.34) é, em larga medida, a resignificação do passado com elementos do presente, preparada e estruturada em outras resignificações feitas em períodos anteriores e de onde a imagem do passado se manifestou já bem alterada e, como complementa Ramos (2004, p.48) “o jogo hermenêutico do particular com o geral, do pretérito com o presente, nos coloca diante de um largo espectro de possibilidade para pensarmos a multiplicidade de tempos e espaços que se constituem na vida cotidiana”.

Urge portanto, a necessidade de se refutar uma inquietação patrimonial no sentido de proteger um passado monumental e clássico, e sim, entretanto, um passado vivo, em conformidade com a dinâmica da vida onde, segundo Chagas (2002, p. 64) “o interesse no patrimônio não se justifica pelo vínculo com o passado seja ele qual for, mas sim pela sua conexão com os problemas fragmentados da atualidade, a vida dos seres humanos em relação com outros seres, coisas, palavras e ideias”.

Contudo, no campo de tensão entre a salvaguarda e a degradação dos registros perpetuados, Chagas (1996, p.180) afirma que “preservação e deterioração, da mesma forma que memória e esquecimento, são conceitos

indissociáveis [...] Ao estabelecer o que deve ser preservado – já que é impossível preservar tudo – alguma coisa é lançada no campo da deterioração” e, complementa Menezes (1998, p. 94), “torna-se evidente, destas considerações, que o objeto histórico é de ordem ideológica, e não cognitiva”.

Neste entendimento, Ramos (2004, p.32) afirma que sobre o bem – ora objeto cultural, fundamentalmente se faz necessário

motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber – leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras.

A relação dialógica com os objetos/bens é de fundamental importância para a compreensão e juízo das implicações no presente, do passado: reflexão das ordens estabelecidas, das verdades fundamentadas, da ciência dogmatizada, dos valores estruturantes e da ordem jurídica estabelecida, uma vez que, segundo afirma Menezes (1998, p.92) “a integridade física do artefato corresponde a sua verdade objetiva. Os discursos sobre o artefato é que podem ser falsos”, “uma vez que o historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala”. (MENEZES, 1998, p. 95)

Portanto, torna-se fundamental (re)pensar se a comunidade na qual o bem ou bens culturais estão salvaguardados - se reconhece neste/neste, pois ao considerar a importância da salvaguarda dos bens culturais enquanto suporte de memória e identidade de uma comunidade, Possamai (2006, p. 92) declara: “o patrimônio nacional pode ser vislumbrado como uma mediação de determinada identidade. Nessa perspectiva, [...] patrimônio e identidade não são repositórios fixos e imutáveis, mas oriundos de um processo social de invenção da nação no imaginário coletivo.”

A salvaguarda do patrimônio cultural nos afiança o acesso as memórias coletivas e individuais, fundamentais para a compreensão de nosso papel no mundo contemporâneo – sinônimo de cidadania.

Nesta argúcia, a educação patrimonial, segundo Rangel (apud Rebouças 2012, p.2)

passa a ter uma função estruturante na formação do cidadão: promover, a partir do meio, sobre o meio e para o meio, a percepção da importância de preservar nosso patrimônio cultural, buscando a apropriação dos bens por parte da sociedade brasileira, co-gestora, fruidora e principal destinatária desses bens e a sua participação direta e efetiva nas ações de proteção de nossos bens culturais.

As diferentes formas de intervenção, visando a salvaguarda dos bens legados de outrora, envolveram contínuas e graduais mudanças, no decorrer dos tempos, até o refilamento contemporâneo das noções de ações culturais para estes fim.

A palavra preservação no Brasil, segundo Kühn (2008, p.136) “possui um sentido *lato* que abarca variados tipos de ações, tais como inventários, registros, providências legais para tutela, educação patrimonial e políticas públicas”, “abrangendo também a intervenção nos bens, para que sejam transmitidos da melhor maneira possível ao futuro, que podem assumir a forma de manutenção, conservação, restauração, devendo o restauro ser entendido, antes de tudo, como ato de cultura” (Rebouças, 2010, p.3), no intuito da salvaguarda, pelo menos em parte, da memória.

Entretanto, há de considerar-se que na questão da salvaguarda do patrimônio e, em especial dos bens imóveis, diversos foram os fatores coordenados para que ali, se instalasse um intenso campo de tensão entre conflitos ideológicos, sociais e econômicos.

O contexto político, econômico e social, segundo Schiavon e Santos (2013, p.44)

marcado pelo ideário do desenvolvimentismo como um plano ideológico que atrelou o crescimento econômico ao nacionalismo como valores à modernização do país, refletiu diretamente na política de preservação do patrimônio, não apenas no campo institucional. A intensificação da industrialização e a consolidação do processo de urbanização implicaram redimensionar o ordenamento do espaço, o que modificou a política e os valores da terra e da ocupação dos bens imóveis nos centros urbanos.

E complementa Ramos (2004, p. 74) “as chamadas políticas culturais ficam reféns do mercado, para implementar a ‘indústria e o comércio de bens

simbólicos'. E tudo é feito como construção da cidadania, porque gera emprego e renda”.

Entre as diversas estratégias de salvaguarda, o tombamento dos bens culturais – reconhecido instrumento de identificação, declaração e proteção do patrimônio cultural, que pode ser arrolado por esferas municipais, estaduais e a nível federal, conforme Schiavon e Santos (2013, p.45) “criou vários conflitos e enfrentamentos com particulares e instituições, diante do paradigma e da política desenvolvista”.

No caso do município de Rio Pardo/RS – objeto de estudo deste trabalho, os efeitos do tombamento, a nível municipal estão descritos na Lei nº 09, de 26 de maio de 1980, que dispõe sobre a patrimônio histórico e cultural do município, e dá outras providências:

Art. 14 - **Os bens tombados** deverão ser conservados e **em nenhuma hipótese poderão ser demolidos, destruídos ou mutilados.**

Parágrafo único: As obras de restauração só poderão ser iniciadas mediante prévia comunicação e autorização do órgão competente.

Art. 15 – No caso de perda, extravio, furto ou perecimento do bem, deverá o proprietário, possuidor ou detentor do mesmo, comunicar o fato no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 16 – **verificada a urgência para a realização de obras** para conservação e restauração em qualquer bem tombado, **poderá o órgão público tomar a iniciativa** de projetá-las e executá-las, **independente da comunicação do proprietário;**

Art. 17 – **Sem prévia autorização, não poderá ser executada qualquer obra nas vizinhanças do imóvel tombado** que lhe possa impedir ou reduzir a visibilidade ou ainda que, a juízo do órgão consultivo, não se harmonize com o aspecto estético ou paisagístico do bem tombado.

§ 1º - A **vedação** contida no presente artigo estende-se à **colocação de painéis de propaganda, tapumes ou qualquer outro objeto.**

§ 2º - Para que se produzam os efeitos deste artigo, a Secretaria de Educação, Saúde e Abastecimento deverá **definir os imóveis da vizinhança que sejam afetados pelo tombamento, devendo ser notificados os proprietários quer do tombamento, quer das restrições a que deverão se sujeitar.** Decorrido o prazo do Art. 6º, V, sem impugnação, proceder-se-á a averbação a que alude o Art. 13, parágrafo único.

Art. 18 – O bem móvel tombado não poderá ser retirado do município, salvo por curto prazo e com a finalidade de intercâmbio cultural, a juízo do órgão competente.

Art. 19 – **Os imóveis tombados gozarão de isenção dos impostos predial e territorial de competência no município.**

Parágrafo único: **Dentro das suas possibilidades** o município **cooperará nos custos decorrentes da conservação e restauro** dos imóveis tombados.

Art. 20 – Para efeito de imposição das sanções previstas nos Arts. 165 e 166 do Código Penal e sua extensão **a todo aquele que destruir, inutilizar ou alterar os bens tombados, o órgão competente comunicará o fato ao Ministério Público**, sem prejuízo da multa aplicável nos casos de reparação, pintura ou restauração sem autorização prévia do poder público. (Grifos nossos)

6. RIO PARDO: A MINHA, A SUA, A NOSSA HISTÓRIA

Ao considerar-se que o município de Rio Pardo/RS, bem como toda a sua região de abrangência (Vales do Rio Pardo e Taquari) possui uma rica diversidade cultural que se faz presente nas formas de expressão, nos modos de criar, fazer e viver; nas criações científicas, artísticas e tecnológicas; nas obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; nos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, este curso que ora se propõe, torna-se uma significativa forma de contribuir com as esferas públicas e privadas da cidade de Rio Pardo e região, ofertando uma qualificação aos profissionais e demais públicos interessados na busca da promoção e salvaguarda dos patrimônios históricos e culturais.

6.1 Objetivos do curso

- Habilitar os diferentes agentes sociais para atuarem em iniciativas de identificação, documentação, registro, divulgação e salvaguarda do patrimônio histórico e cultural;
- Preparar os cursistas para a criação e implantação de programas de educação patrimonial nas diferentes esferas de atuação, desenvolvendo competências pedagógicas no trato das diferenças culturais;
- Proporcionar a qualificação de agentes culturais para a atuação em museus, arquivos e arquivos históricos;
- Contribuir para a qualificação de mediadores culturais para atuação nas diversas esferas do patrimônio cultural material e imaterial, tangível e intangível;

- Conceber e planejar estratégias de curadoria de acervos histórico culturais;
- Contribuir para a compreensão dos processos de construção das identidades culturais;
- Habilitar ao assessoramento técnico do planejamento e criação de roteiros turísticos sustentáveis;
- Oferecer referenciais teóricos, práticos e legais atualizados relativos à área;
- Disponibilizar aos profissionais que já atuam na área, a aquisição de competências e habilidades, como um sistema de atualização permanente;

6.2 Público alvo

Professores e professoras da educação básica das redes públicas municipal e estadual do município de Rio Pardo, servidores e servidoras das Secretarias Municipal de Educação, Cultura, Turismo e membros da sociedade civil do município.

6.3 Organização Curricular e conteúdo programático

O Curso está organizado em 03 módulos, com uma duração total de 60 horas.

De modalidade presencial, no curso de extensão em Patrimônio Cultural “Rio Pardo: a minha, a sua, a nossa história” ao término do terceiro módulo, será fornecido certificado de participação a todos que obtiverem no mínimo 75% de frequência. As aulas dar-se-ão através de metodologia expositiva-dialogada, com a utilização de diferentes recursos tecnológicos e pedagógicos.

O Desenho Curricular, bem como o itinerário que os alunos deverão seguir para a conclusão do curso segue a organização:

MÓDULO 1 Patrimônio cultural riopardense: noção e trajetória (20 horas)	História do Rio Grande do Sul
	História de Rio Pardo
	Educação patrimonial, comunidades e saberes tradicionais

MÓDULO 2 Patrimônio riopardense (20 horas)	Patrimônio material, memória e história
	Patrimônio imaterial, memória e história
	Patrimônio natural
	Patrimônio arqueológico
	Políticas públicas sobre patrimônio cultural
	Legislação sobre patrimônio histórico e cultural

MÓDULO 3 Patrimônio cultural: salvaguarda e promoção (20 horas)	Turismo e patrimônio cultural
	Noções básicas de museologia
	Educação patrimonial para formação de gestores culturais
	Arquivos e documentos históricos: importância e gestão de salvaguarda
	Planejamento e uso de espaços em patrimônio edificado

6.3.1 Módulo 1

O primeiro módulo do curso busca promover uma discussão sobre o contexto histórico que conduziu a formação do hoje município de Rio Pardo/RS, bem como

introduzir os participantes no campo conceitual da educação patrimonial. Realizará uma introdução ao estudo do Brasil Contemporâneo resgatando a formação do Rio Grande do Sul na época colonial, os tratados e as definições de fronteiras – bases históricas do surgimento do município de Rio Pardo e, em consonância traçará paralelos entre os períodos/acontecimentos históricos e as concepções acerca de educação, patrimônio cultural e educação patrimonial e o histórico da preservação do patrimônio cultural/histórico no Brasil e no mundo.

Bibliografia básica:

CHOAY, Françoise. A Alegoria do patrimônio. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)/Museu Imperial, 1999.

NEUBERGER, Lotário (Org.). RS no contexto do Brasil. Porto Alegre: CIPEL; EDIPLAT, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 5.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

6.3.2 Módulo 2

O segundo módulo abarcará as vertentes teóricas sobre patrimônio cultural a partir das diversas concepções deste conceito. Discutirá a relação do patrimônio cultural com as memórias sociais e oficiais, os usos sociais e a diversificada forma que cada grupo ou sociedade se apropria de sua história e sua cultura. Abordará a trajetória histórica das ações de salvaguarda de bens culturais bem como os mecanismos de proteção e a legislação relativa ao patrimônio cultural.

Bibliografia básica:

CASTRO, Sônia Rabello de. O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da “pedra e cal”: por uma concepção ampla de patrimônio. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 147, 2001.

OLIVEIRA, Ana Gita, FREIRE, Beatriz. Nota sobre duas experiências patrimoniais. Patrimônio imaterial e biodiversidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no. 32/2005.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do patrimônio cultural em cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: LIMA FILHO, M; ECKERT, C; BELTRÃO, J. (orgs.). Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007 (pág. 249-262).

6.3.3 Módulo 3

No terceiro módulo deste curso de atualização em patrimônio cultural, discutir-se-á a importância dos museus enquanto espaço de memórias sociais e coletivas, as inter-relações entre o turismo, turismo cultural e a salvaguarda patrimonial, bem como o universo dos arquivos e coleções: bibliotecas, museus, arquivos institucionais e centros de documentação. Será abordada a importância da educação patrimonial na proximidade das instituições de preservação e salvaguarda de acervos, bem como a importância da (re)significação dos espaços históricos para a salvaguarda das memórias sociais e do correlato patrimônio.

Bibliografia básica:

BANDUCCI Jr, Álvaro; BARRETTO, Margarita (Orgs). Turismo e identidade local: uma visão antropológica. Campinas: Papiros, 2001.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2 ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Editoria da FGV, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação Patrimonial I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Secretária da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória. (Encarte em Boletim do Programa Nacional de Museus). 1984.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de História. Chapecó (SC), Argos, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura é patrimônio: um guia. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

6.4 Avaliação

Espera-se que este curso propicie aos participantes, a partir das reflexões propostas, uma reorientação acerca da importância da salvaguarda do patrimônio cultural rio-pardense para a sustentabilidade cultural local, originando articulações e/ou propostas individuais ou coletivas de ações que visem não somente a salvaguarda do patrimônio cultural local, mas também a sua socialização quer seja em práticas de educação formal ou não-formal.

Para tanto, ao término de cada módulo teórico, será realizada uma avaliação, baseada na dialética, em visita de campo a sítios de importante valor histórico/cultural do município, suscitando questionamentos que possam conduzir cada participante a correlações teórico-práticas.

Também será solicitado a cada participante que prepare um plano de aula sobre a temática que escolher, dentro das que foram ofertadas no curso, para apresentar aos demais participantes, justificando a escolha e apresentando as estratégias para a execução deste plano.

6.5 Certificado

A cada participante que, obtiver presença mínima de 75% no curso de atualização, será conferido o seguinte certificado:



Figura 21: Modelo de certificado para o Curso de atualização em Patrimônio Cultural: Rio Pardo, a minha, a sua, a nossa história
Fonte: o autor (2016)

7 CONCLUSÃO

Esta dissertação, resultante da tessitura de conhecimentos construídos junto ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria e pesquisas: documental e de campo - no município de Rio Pardo/RS, não teve por objetivo findar qualquer discussão sobre as interfaces e interconexões entre patrimônio cultural, educação e educação patrimonial para a salvaguarda de bens culturais e a correlata sustentabilidade cultural advinda da apropriação cultural destes bens, mas sim, apresentar possibilidades, sustentadas por aporte teórico e documental, no constante (re)pensar acerca da importância do reconhecimento e pertencimento de uma comunidade com seus bens culturais – tomados como patrimônio.

Os bens culturais – materiais ou imateriais, são produções da ação/interação social de um grupo, uma comunidade ou uma população, em um determinado espaço geográfico-temporal e independente de sua tipologia, estes bens (re)presentam o passado no presente.

Este passado representado a partir de parcelas salvaguardadas, constitui-se em semióforos que aludem a expressão, história e pensamento de um povo/comunidade/nação, aportando-se no presente, num conjunto de valores e comportamento destas sociedades.

Compreender, portanto, o que é cultura e o que constitui o patrimônio cultural de uma comunidade, segundo Fernandes (2014, p. 30), “torna-se imprescindível e inevitável para que haja apropriação e identificação com as diversas linguagens e os bens culturais inventariados, como as celebrações, os conhecimentos e as maneiras de se expressar de cada comunidade”. E segundo a mesma autora, “é a partir dessa compreensão que as atividades que compõe o macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial passam a ter sentido no contexto escolar”. (FERNANDES, 2014, p.30)

O Regimento Escolar do município de Rio Pardo evidencia a Educação Patrimonial como um tema transversal a ser desenvolvido de forma multidisciplinar, contribuindo ao objetivo máximo da formação de indivíduos críticos, pontuados no espaço histórico, sabedores de seus direitos e cumpridores de seus deveres.

Entretanto, a transversalidade de temas, ou temas transversais, por estarem entendidos - e é claro este entendimento: como permeadores de diversas áreas do conhecimento ou componentes curriculares encontra nesta situação, uma das barreiras pedagógicas para sua realização, uma vez que para uma significativa parcela de professores e professoras, o tema transversal é componente de todas as disciplinas - a entender: todas, menos o que ele/ela leciona.

E este pensamento, em muito arraigado a um certo conformismo de uma formação clássica, disciplinar, promotora de conceitos acadêmicos pouco significativo e representativo para os alunos e alunas, em pouco contribui para o viés estruturante da Educação Patrimonial: a interdisciplinaridade.

Para que a Educação Patrimonial seja mais esclarecida, entendida e fomentada no processo formal de ensino-aprendizagem - principalmente em uma cidade com a riqueza de bens histórico-culturais como Rio Pardo/RS - se faz necessário uma formalização desta nos documentos norteadores das políticas educacionais municipais, enquanto componente vital na formação para a cidadania.

Contudo, a simples normatização da Educação Patrimonial como atualmente pontuada, não garante uma efetiva práxis pedagógica que aluda a importância da identificação, conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural local.

Tais diretrizes precisam estar firmemente alicerçadas num processo de formação continuada de professores e professoras.

Diversos são os temas contemporâneos que permeiam a formação continuada dos professores e professoras da rede municipal de ensino de Rio Pardo, entretanto, os temas abordados nestas formações sempre estão ligados diretamente ao chamado sucesso escolar ou melhoramento do aproveitamento escolar: combate à evasão, afetividade e indisciplina, alfabetização e letramento, dificuldades de aprendizagem e hiperatividade, entre outros, sem nunca ter sido abordada, especificamente, a educação patrimonial.

A falta de momento de formação continuada específica em educação patrimonial em muito tem favorecido o entendimento de que os bens patrimoniais são objetos de estudos do componente curricular História.

Segundo os Planos de Estudo da rede municipal de ensino de Rio Pardo/RS, nos anos finais do ensino fundamental, mais precisamente nos 8º e 9º

anos, o componente curricular História é a única área do conhecimento que formalmente explicita e regimenta a importância de (re)discutir em sala de aula, as questões específicas sobre Rio Pardo:

Esta organização de atribuir ao componente curricular História, a competência pedagógica sobre os temas culturais de Rio Pardo apenas nos 8º e 9º anos do ensino fundamental em muito pouco contribui para que a cultura local – base fundamental para uma efetiva prática de Educação Patrimonial seja fomentada.

Este paradoxo educacional – formação clássica *versus* educação emancipatória pode encontrar na Educação Patrimonial, uma das estratégias pedagógicas ou caminhos para a aproximação da escola e suas comunidades, pois supera a simples ordenação de conhecimentos sistematizados, promovendo construção de (re)significações dos conhecimentos ditos científicos a partir dos conhecimentos comunitários.

Neste viés, as escolas que permitirem-se serem pensadas como espaço de cultura e conhecimento propiciarão que seus professores e professoras assumam uma identidade não meramente de detentores de conhecimento, mas de agentes culturais, que promovem uma significativa troca entre comunidade e escola.

Diante disto, frente a todo o exposto, vislumbra-se essencial que as escolas, gestores e/ou responsáveis pela formação continuada de professores e professoras estimulem a atualização de seus docentes no âmbito da Educação Patrimonial, não somente para sanear conceitos teóricos como: identidade, memória, paisagem, patrimônio cultural e educação patrimonial, mas afim de que, como defende Rossi (2015, p. 115) eles possam, desde o início da formação básica estimular a promoção da Educação Patrimonial na escola resgatando “a importância da preservação dos bens culturais, buscando o significado coletivo e plural das experiências humanas e das políticas de preservação de suas memórias, considerando a sociedade como um universo histórico-social de cultura”.

8 REFERÊNCIAS

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. 166p.

ANTUNES, Duminiense Paranhos. **Rio Pardo, “Cidade-Monumento”**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1946. 148p.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Gestão Intersectorial no Território**. 1. Ed. Brasília, MEC, 2009. (Série Mais Educação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16727&Itemid=16727>. Acesso em: 01 set. 2016.

BRUM, Ceres Karam. **Sepé Tiaraju. O índio que os gaúchos querem viver. Representações, identidades e educação**. In: SILVA, Gilberto; PENNA Rejane e CARNEIRO Luiz (orgs). **RS índio: cartografias sobre a produção do conhecimento [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, 300p.

BURD, Rafael. **De alferes a corregedor: a trajetória de Sepé Tiarajú durante a demarcação de limites na América meridional – 1752/1761**. 2012. 153f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CARLAN, Cláudio U.; FUNARI, Pedro P. **Patrimônio e colecionismo: algumas considerações**. Revista Magistro. Rio de Janeiro, v. 1, nº 1, 2010, p. 16-24. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/1056>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

CHAGAS, Mário de S. **O museu-casa como problema: comunicação e educação em processo**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996. P. 177-199.

_____. **Memória e poder: dois movimentos**. Cadernos de Sociomuseologia, nº 19. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2002. p. 35-67.

COSTA, Adriana Schwindt. **Patrimônio histórico e cultural em territórios urbanos: um estudo acerca do conjunto edificado da área central da cidade de Rio Pardo (RS)**. 2006. 202f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006.

COSTA, Heloisa Helena F. Gonçalves da. **Museologia e patrimônio nas cidades contemporâneas: uma tese sobre gestão de cidades sob a ótica da preservação da cultura e da memória**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v.7, nº1, p. 87-101, jan-abr. 2012.

_____. **Como atribuir valor ao patrimônio, estudo de caso: projeto plataforma**. In: OFICINA de estudos da preservação III. Rio de Janeiro: IPHAN-RJ, 2014. p. 168-175.

COSTA, Heloisa H. F. G; LOUZADO, Eduardo A. **Seleção cultural: (re)pensando o Museo Casa Isleña de San Andres / Colômbia, a partir de suas peças, coleções e objetivos**. Políticas Culturais em Revista, América do Norte, p. 171-184, 8 jun 2015,. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/13744/9756>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. **Centro Histórico de Rio Pardo: lembranças esquecidas ou esquecidas lembranças?** Revista Ágora, v.17, nº2, p. 36-45, jul/dez 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/6662/4835>>. Acesso em: 25 set. 2016.

COSTA, Heloisa H. F. G. et al. **Bairro Histórico de Colônia do Sacramento, Uruguai: 20 anos de Patrimônio Cultural da Humanidade para qual humanidade?** Revista Confluências Culturais, v.5, nº 1, p. 22-33, março, 2016. Disponível em: < <http://periodicos.univille.br/index.php/RCCult/article/view/223>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

COSTA, Miguel Ângelo S; REMEDI, José Martinho R. **Em nome dos valiosos testemunhos de nossas caras tradições: a “invenção” da cidade monumento e a polêmica patrimonialização da Rua da Ladeira – Rio Pardo (RS)**. Patrimônio e Memória, São Paulo, UNESP, v. 9, nº1, p. 31-55, jan-jun, 2013.

DE VARINE, Hugues. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. 1º reimpressão. Porto Alegre: Medianiz, 2013, 256 p.

FERNANDES, Maria Aparecida. **A implementação do macrocampo cultura, artes e educação patrimonial do programa Mais Educação em uma escola da rede municipal de Juiz de Fora.** 2014.118f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul.** 9º ed. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editora, 2013. 208p.

FORTES, Amyr Borges. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul.** 2º Ed. Porto Alegre: Sulina, 1962, 152p.

FREIRE. Paulo. **Multinacionais e trabalhadores no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979, 226p.

FLORÊNCIO. Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais.** In: Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial. Vol.1. Fortaleza: IPHAN, 2015, p. 21-32.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002, 175 p.

GONÇALVES, Izabela Gomes. **A Sombra e a Penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767).** 2010. 207f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira et al. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999, 68p.

_____. **Fundamentos da Educação Patrimonial.** Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciência e Letras: educação e Patrimônio Histórico-Cultural. Porto Alegre: FAPA, nº. 27, p. 13-35, jan/jun. 2000.

HORTÊNCIO, Leonardo Marques; DA LUZ, Maturino Santos. **A influência da imigração portuguesa na criação das freguesias no século XVIII no Rio Grande do Sul: o caso de Rio Pardo.** Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 14, 2013.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012).** 2013. 160p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/guia%20de%20bens%20tombados%20atualizado%20em%202012.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2016.

_____. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.** 3º ed. 2008. (Folder Institucional)

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1833-1834.** Tradução de Dante de Laytano. 2º ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, 165p.

JESUS, Suzana Cavalheiro. **Pessoas na medida: processos de circulação de saberes sobre o *nhande reko* guarani na região das missões.** 2015. 241f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro.** Cotia: Ateliê Editorial, 2009, 328p.

LAYTANO, Dante. **Monumentos históricos e artísticos de Rio Pardo.** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, II trimestre, ano XII, 1932. Porto Alegre: Globo, 1932, 35p.

_____. **Guia Histórico de Rio Pardo.** 2º ed. Prefácio de Gilberto Freyre. [Porto Alegre: s.n.], 1979, 320p.

_____. **Almanaque de Rio Pardo.** Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Tip. do Centro S.A., 1983.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1987, 115p.

LOPES, Lélia Coelho. **Mulheres chefes de família num contexto beligerante: atuações femininas durante os conflitos fronteiriços na banda oriental (Rio Pardo – 1811 a 1828)**. 2014. 129f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação Patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco livraria & editores, 2004. 123p.

MAURER, R. F; COLVERO. **Um caso mal resolvido: os Sete Povos das Missões e o julgamento de 1759**. Estudos Históricos: Rivera, v.2, 2009, p. 01-15.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, nº 21, 1998, p. 89-102.

MINAYO, M. C. de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26º ed, Petrópolis: Vozes, 2007, 108p.

NEUMANN, Eduardo. **Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental – 1680/1757**. Revista Complutense de História da América: Madrid, nº 26, 2000, p. 73-92.

ORIÁ, Ricardo. **Memória e Ensino de História**. In: BITTENCOURT, Circe (org). O Saber Histórico na sala de aula. 5º ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 128-148.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009, 136p.

PONTIN, Rafael de Almeida Leme. **As bulas e tratados dos séculos XV, XVI e XVIII na história do direito brasileiro: seus reflexos na América portuguesa**. Cadernos Jurídicos, UNISAL: Campinas, nº 4, 2012, p. 175-200.

POSSAMAI, Paulo César. **A Colônia do Sacramento: uma praça de guerra do império colonial português**. Revista em História, Pelotas, v.13, p. 9-28, 2007.
Disponível em:

<http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_paulo_possamai.pdf> Acesso em: 26 de set. 2016.

QUADROS, Maria de Fátima Batista. **Quadros, sua gente e sua alma nos caminhos da história, 1248 a 2008**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. 312p.

RAMOS, Francisco Lopes. **A danação do objeto**. O Museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004. 180f.

REBOUÇAS, Maria Vitória Alvares. **Teatro Guarany: um parâmetro para a educação patrimonial**. Revista Ceciliana - número especial: Patrimônio Cultural. Universidade Santa Cecília: Santos, 2012.

REZENDE, Marina de Quadros. **Rio Pardo: história, recordações, lendas**. 3^o ed, 1993 [S.L.:s.n.]. 111p.

RIO PARDO. **Lei nº 08, de 27 de abril de 1979**. *Dá cumprimento ao disposto no artigo 8^o, Inciso III da Lei Orgânica do município*. Rio Pardo: [s.n.], 1979.

_____. **Livro do Tombo nº 1 da Prefeitura Municipal de Rio Pardo**. Rio Pardo: [s.n.], 1980. 18p.

_____. **Regimento Escolar: escolas municipais de ensino fundamental 1^o ao 9^o ano**. Rio Pardo: [s.n.], 2012. 28p.

_____. **Plano de estudos 2014, Ensino Fundamental, anos finais**. Rio Pardo: [s.n.], 2014. 45p.

ROSSI, Cláudia Maria Soares. **Saberes docentes sobre educação patrimonial: análise de uma experiência na educação básica**. 2015. 134f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.

ROSSI, Cláudia M. S; MONTEIRO, Bruno A. P. **Compreendendo as relações entre a educação patrimonial e os saberes docentes na formação continuada de professores de uma cidade de Minas Gerais**. Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande: FURG, v. 32, nº 1, p. 380-401, jan/jul. 2015.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 2º Ed. Tradução de Adroaldo de Mesquita Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1987. 496p.

SCHIAVON, Carmem G. Burguet; SANTOS, Tiago dos. **Patrimônio, ambiente e ensino em Rio Grande: elementos para interpretação e valorização dos bens culturais**. Rio Grande: Editora da Universidade Federal do Rio Grande, 2013. 101p.

SCHNEIDER, Luiz Carlos. **Patrimônio Arquitetônico-Urbanístico e Evolução Urbana: um estudo da área central da cidade de Rio Pardo – RS**. 2001. 268f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2001.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. **Transformações na Organização espacial do município de Rio Pardo – RS**. 2009. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

TORRES, Luiz Henrique. **A colonização Açoriana no Rio Grande do Sul**. *Biblos: Rio Grande*, v. 16, 2004, p. 177-189.

VASCONCELOS, Elias Mota. **Educação Patrimonial na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrósio em Santarém-PA e a formação do Turista Cidadão**. 2015. 212f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VOGT, O. P; SILVA, A. L; BERTÓ, S. F. F. **Rio Pardo: Ascensão e estagnação da Tranqueira Invicta**. *Ágora: Santa Cruz do Sul*, v.2, n.1, 1996, p. 53-65.

VOGT, Olgário Paulo; ROMERO, Maria Rosilane Zoch (Org). **Uma luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos: cultura, arte e memória**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010. 208p.